

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	101
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	786.265.133
Preferenciais	1.209.267.468
<b>Total</b>	<b>1.995.532.601</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	3
Preferenciais	12
<b>Total</b>	<b>15</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	8.884.383	9.312.429
1.01	Ativo Circulante	1.485.642	1.766.804
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	780.076	492.617
1.01.02	Aplicações Financeiras	328.087	1.033.186
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	328.087	1.033.186
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	328.087	1.033.186
1.01.03	Contas a Receber	190.977	181.759
1.01.03.01	Clientes	190.977	181.759
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	190.977	181.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.908	28.329
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.908	28.329
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	39.489	27.904
1.01.06.01.03	Outros Tributos a Recuperar	419	425
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	146.594	30.913
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	83.352	0
1.01.08.01.01	Ativos Disponíveis para Venda	83.352	0
1.01.08.03	Outros	63.242	30.913
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	37.852	16.908
1.01.08.03.04	Outros Ativos	25.390	14.005
1.02	Ativo Não Circulante	7.398.741	7.545.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	45.022	52.966
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	45.022	52.966
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	22.523	36.082
1.02.01.10.09	Outros Ativos	22.499	16.884
1.02.02	Investimentos	3.714.520	3.838.729
1.02.02.01	Participações Societárias	3.714.520	3.838.729
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.714.520	3.838.729
1.02.03	Imobilizado	2.630.768	2.659.239
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.575.262	2.612.500
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.573.163	2.610.401
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.303	6.528
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	49.203	40.211
1.02.04	Intangível	1.008.431	994.691
1.02.04.01	Intangíveis	1.008.431	994.691
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	23.689	24.212
1.02.04.01.03	Extensão de concessão	961.723	946.957
1.02.04.01.04	Software e Outros Intangíveis	23.019	23.522

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	8.884.383	9.312.429
2.01	Passivo Circulante	1.375.403	2.355.597
2.01.02	Fornecedores	69.175	1.428.539
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	69.175	1.428.539
2.01.03	Obrigações Fiscais	54.876	14.629
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	52.042	11.617
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	34.101	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	17.941	11.617
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.834	3.012
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	934.701	569.136
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	525.113	517.621
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	525.113	517.573
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	48
2.01.04.02	Debêntures	409.588	51.515
2.01.05	Outras Obrigações	312.616	339.399
2.01.05.02	Outros	312.616	339.399
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.295	31.360
2.01.05.02.07	Encargos Setoriais	17.320	20.133
2.01.05.02.08	Obrigações de aquisições	228.869	249.635
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	27.132	38.271
2.01.06	Provisões	4.035	3.894
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.035	3.894
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	4.035	3.894
2.02	Passivo Não Circulante	5.635.994	5.114.374
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.862.562	4.318.188
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.469.348	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.469.348	0
2.02.01.02	Debêntures	3.393.214	4.318.188
2.02.01.02.01	Debêntures	3.393.214	4.318.188
2.02.02	Outras Obrigações	226.506	226.676
2.02.02.02	Outros	226.506	226.676
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	19.869	20.106
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	134.039	131.413
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	8.904	7.124
2.02.02.02.12	Obrigações de aquisições e outras obrigações	63.694	68.033
2.02.03	Tributos Diferidos	469.234	494.909
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	469.234	494.909
2.02.04	Provisões	77.692	74.601
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	77.692	74.601
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	77.692	74.601
2.03	Patrimônio Líquido	1.872.986	1.842.458
2.03.01	Capital Social Realizado	474.607	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	142.220	142.068
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.942	3.790
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	684.946	692.888
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.04.12	Dividendos intermediários	0	7.942
2.03.04.13	Lucros a Destinar na AGO	573.152	573.152
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	106.891	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	464.322	532.895
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial, Líquido de Impostos	615.976	629.890
2.03.08.02	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-86.277	-86.277
2.03.08.03	Programa de Incentivo a aposentadoria	-1.717	-1.717
2.03.08.04	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-7.478	-9.001
2.03.08.05	Hedge de Fluxo de Caixa, Líquido de Impostos	-56.182	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	454.702	425.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-201.760	-175.469
3.03	Resultado Bruto	252.942	249.923
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.338	-25.747
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.988	-29.986
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.324	-314
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.326	4.553
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	228.604	224.176
3.06	Resultado Financeiro	-98.257	-112.657
3.06.01	Receitas Financeiras	3.468	12.014
3.06.02	Despesas Financeiras	-101.725	-124.671
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	130.347	111.519
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.369	-36.200
3.08.01	Corrente	-34.102	-44.969
3.08.02	Diferido	-3.267	8.769
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	92.978	75.319
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	92.978	75.319
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04659	0,03774
3.99.01.02	PN	0,04659	0,03774
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,04575	0,03686
3.99.02.02	PN	0,04575	0,03686

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	92.978	75.319
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-54.660	95
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	1.523	95
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-85.124	0
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.941	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	38.318	75.414

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-444.921	175.376
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	280.698	218.024
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	92.978	75.319
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	65.232	45.672
6.01.01.03	Variação Monetária e Cambial	80.797	35.469
6.01.01.05	GSF - Recuperação de Custo	-35.899	0
6.01.01.06	Provisão (reversão) para Processos Judiciais e Outros	136	456
6.01.01.07	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	90.490	84.132
6.01.01.08	Juros sobre Passivo de Arrendamento	482	886
6.01.01.09	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	2.626	2.803
6.01.01.10	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-1.379	-11.096
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	3.267	-8.769
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	152	117
6.01.01.13	Baixa de Bens do Ativo	142	90
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-18.326	-7.055
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-53.238	26.239
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-9.218	-10.782
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-11.429	9.152
6.01.02.03	Dividendos recebidos	76.486	0
6.01.02.04	Outros Créditos	-16.997	-9.511
6.01.02.05	Fornecedores	-50.666	-7.589
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	34.102	44.969
6.01.02.07	Outros Tributos a Pagar	17.604	2.561
6.01.02.08	Encargos setoriais	-1.033	1.570
6.01.02.09	Outras obrigações	-92.087	-4.131
6.01.03	Outros	-672.381	-68.887
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-58.419	-84.776
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-13.209	-23.378
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	0	-398
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-134	17
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	21.657	22.828
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	686.422	16.820
6.01.03.07	Pagamento de liquidação financeira GSF	-1.308.698	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.716	-183.743
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-14.746	-20.766
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-15.781	-106.569
6.02.03	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-29.837	-21.749
6.02.06	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	10.648	-34.659
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	782.096	-653
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	800.000	0
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-9	-5
6.03.04	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-212	-648

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.03.06	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados de Garantias de Financiamento	-17.683	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	287.459	-9.020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	492.617	10.080
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	780.076	1.060

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	474.607	142.068	692.888	0	532.895	1.842.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	142.068	692.888	0	532.895	1.842.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	152	-7.942	0	0	-7.790
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	152	0	0	0	152
5.04.09	Pagamento de dividendos intermediários	0	0	-7.942	0	0	-7.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	92.978	-54.660	38.318
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.978	0	92.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-54.660	-54.660
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	0	0	0	0	1.523	1.523
5.05.02.07	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-85.124	-85.124
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	28.941	28.941
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.913	-13.913	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	21.081	-21.081	0
5.06.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-7.168	7.168	0
5.07	Saldos Finais	474.607	142.220	684.946	106.891	464.322	1.872.986

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	0	0	0	117
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	117	0	0	0	117
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.319	95	75.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.319	0	75.319
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	95	95
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	0	0	0	0	95	95
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.891	-13.891	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	21.047	-21.047	0
5.06.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-7.156	7.156	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.669	209.271	89.210	611.944	1.526.701

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	595.169	496.828
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	523.995	496.717
7.01.02	Outras Receitas	1.806	111
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	67.304	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.064	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-224.460	-138.105
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-116.544	-95.011
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-29.992	-37.006
7.02.04	Outros	-77.924	-6.088
7.03	Valor Adicionado Bruto	370.709	358.723
7.04	Retenções	-72.803	-45.672
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.647	-43.170
7.04.02	Outras	-4.156	-2.502
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	297.906	313.051
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.829	19.665
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.482	7.055
7.06.02	Receitas Financeiras	2.347	12.610
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	322.735	332.716
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	322.735	332.716
7.08.01	Pessoal	30.336	30.543
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.701	27.358
7.08.01.02	Benefícios	935	1.435
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.700	1.750
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	98.406	101.949
7.08.02.01	Federais	89.462	95.122
7.08.02.02	Estaduais	8.883	6.713
7.08.02.03	Municipais	61	114
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	101.015	124.905
7.08.03.01	Juros	100.496	124.671
7.08.03.02	Aluguéis	519	234
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	92.978	75.319
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	92.978	75.319

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	9.613.937	10.019.522
1.01	Ativo Circulante	2.168.721	2.425.331
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	790.994	504.874
1.01.02	Aplicações Financeiras	841.680	1.521.031
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	841.680	1.521.031
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	841.680	1.521.031
1.01.03	Contas a Receber	280.210	286.571
1.01.03.01	Clientes	280.210	286.571
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	280.210	286.571
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.498	34.827
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.498	34.827
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	43.498	34.827
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	212.339	78.028
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	90.185	0
1.01.08.03	Outros	122.154	78.028
1.01.08.03.03	Outros Ativos	67.622	55.413
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos Vinculados	54.532	22.615
1.02	Ativo Não Circulante	7.445.216	7.594.191
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	141.800	176.013
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.417	4.584
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.417	4.584
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	137.383	171.429
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	92.521	137.184
1.02.01.10.09	Outros Ativos	44.862	34.245
1.02.02	Investimentos	60.725	52.355
1.02.02.01	Participações Societárias	60.725	52.355
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	60.725	52.355
1.02.03	Imobilizado	5.996.204	6.121.633
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.762.574	5.870.564
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	5.760.475	5.868.465
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	81.354	82.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	152.276	168.288
1.02.04	Intangível	1.246.487	1.244.190
1.02.04.01	Intangíveis	1.246.487	1.244.190
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	23.689	24.212
1.02.04.01.03	Gerado na Aquisição de Investimentos	228.936	241.164
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	961.723	0
1.02.04.01.05	Extensão de concessão	32.139	946.957
1.02.04.01.06	Software e Outros Intangíveis	0	31.857

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	9.613.937	10.019.522
2.01	Passivo Circulante	1.617.844	2.586.678
2.01.02	Fornecedores	121.923	1.472.805
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	121.923	1.472.805
2.01.03	Obrigações Fiscais	63.535	22.859
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	60.476	19.531
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	39.061	4.775
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	21.415	14.756
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.059	3.328
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.005.469	636.399
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	552.337	544.880
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	552.337	544.832
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	48
2.01.04.02	Debêntures	453.132	91.519
2.01.05	Outras Obrigações	414.146	450.721
2.01.05.02	Outros	414.146	450.721
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.295	31.360
2.01.05.02.07	Encargos Setoriais	17.559	20.363
2.01.05.02.08	Obrigações de Aquisições	228.869	249.635
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	128.423	149.363
2.01.06	Provisões	4.035	3.894
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.035	3.894
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	4.035	3.894
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	8.736	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	8.736	0
2.02	Passivo Não Circulante	6.123.107	5.590.386
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.161.820	4.622.483
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.670.622	799.871
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	201.274	207.910
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.469.348	591.961
2.02.01.02	Debêntures	3.491.198	3.822.612
2.02.01.02.01	Debêntures	3.491.198	3.822.612
2.02.02	Outras Obrigações	409.582	394.690
2.02.02.02	Outros	409.582	394.690
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	84.698	86.327
2.02.02.02.07	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	134.039	131.413
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	8.904	7.124
2.02.02.02.12	Obrigações de Aquisições e Outras Obrigações	181.941	169.826
2.02.03	Tributos Diferidos	474.013	498.612
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	474.013	498.612
2.02.04	Provisões	77.692	74.601
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	77.692	74.601
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	77.692	74.601
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.872.986	1.842.458
2.03.01	Capital Social Realizado	474.607	474.607

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.03.02	Reservas de Capital	142.220	142.068
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.942	3.790
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	684.946	692.888
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.04.11	Lucros a Destinar na AGO	573.152	573.152
2.03.04.12	Dividendos intermediários	0	7.942
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	106.891	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	464.322	532.895
2.03.08.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial, Líquido de Impostos	615.976	629.890
2.03.08.02	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-86.277	-86.277
2.03.08.03	Programa de Incentivo a Aposentadoria	-1.717	-1.717
2.03.08.04	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-7.478	-9.001
2.03.08.05	Hedge de Fluxo de Caixa, Líquido de Impostos	-56.182	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	556.735	494.396
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-270.901	-228.547
3.03	Resultado Bruto	285.834	265.849
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.025	-30.903
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.523	-31.180
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.064	771
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.490	-494
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-76	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	238.809	234.946
3.06	Resultado Financeiro	-103.932	-118.531
3.06.01	Receitas Financeiras	8.271	14.521
3.06.02	Despesas Financeiras	-112.203	-133.052
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	134.877	116.415
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-41.899	-41.096
3.08.01	Corrente	-39.687	-49.362
3.08.02	Diferido	-2.212	8.266
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	92.978	75.319
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	92.978	75.319
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	92.978	75.319
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04659	0,03774
3.99.01.02	PN	0,04659	0,03774
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,04575	0,03686
3.99.02.02	PN	0,04575	0,03686

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	92.978	75.319
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-54.660	95
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	0	95
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	-82.875	0
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.215	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	38.318	75.414
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	38.318	75.414

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-449.473	195.464
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	357.988	263.376
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	92.978	75.319
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	111.378	79.395
6.01.01.03	Variação Monetária e Cambial	80.394	35.047
6.01.01.04	Provisão para processos judiciais e outros	136	456
6.01.01.05	Marcação a mercado de derivativos	-68	-736
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	98.567	89.062
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	2.126	2.563
6.01.01.08	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	2.626	2.803
6.01.01.09	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-3.807	-13.491
6.01.01.11	Baixa de Bens do Ativo	7.117	1.107
6.01.01.13	Equivalência Patrimonial	76	0
6.01.01.14	GSF - recuperação de custo	-35.899	0
6.01.01.15	Tributos e contribuições sociais diferidos	2.212	-8.266
6.01.01.16	Ações e opções de ações outorgadas	152	117
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-102.716	67.809
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	6.361	-17.136
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-6.156	9.559
6.01.02.03	Dividendos recebidos	55	0
6.01.02.04	Outros Créditos	-32.163	-13.375
6.01.02.05	Fornecedores	-42.184	3.952
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	39.687	49.362
6.01.02.07	Outros Tributos a Pagar	15.642	3.473
6.01.02.08	Encargos setoriais	-1.024	1.593
6.01.02.09	Outras obrigações	-82.934	30.381
6.01.03	Outros	-704.745	-135.721
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-61.903	-84.573
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-18.981	-27.336
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	0	-398
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-134	17
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	25.302	23.956
6.01.03.06	Pagamento de liquidação financeira GSF	-1.308.698	0
6.01.03.07	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	659.669	-47.387
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-55.252	-198.186
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-39.189	-59.970
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-8.500	0
6.02.03	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-29.837	-22.979
6.02.04	Venda de participação acionária, líquido do caixa das empresas desconsolidadas	8.736	0
6.02.06	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	13.538	-115.237

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	790.845	-2.727
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	800.000	0
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-8	-5
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-6.635	0
6.03.04	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-1.648	-2.722
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-825	0
6.03.06	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados de Garantias de Financiamento	-39	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	286.120	-5.449
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	504.874	31.838
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	790.994	26.389

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	474.607	142.068	692.888	0	532.895	1.842.458	0	1.842.458
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	142.068	692.888	0	532.895	1.842.458	0	1.842.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	152	-7.942	0	0	-7.790	0	-7.790
5.04.08	Remuneração com Base em Ações	0	152	0	0	0	152	0	152
5.04.09	Pagamento de Dividendos Intermediários	0	0	-7.942	0	0	-7.942	0	-7.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	92.978	-54.660	38.318	0	38.318
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.978	0	92.978	0	92.978
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-54.660	-54.660	0	-54.660
5.05.02.06	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	1.523	1.523	0	1.523
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-85.124	-85.124	0	-85.124
5.05.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	0	0	28.941	28.941	0	28.941
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.913	-13.913	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	21.081	-21.081	0	0	0
5.06.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-7.168	7.168	0	0	0
5.07	Saldos Finais	474.607	142.220	684.946	106.891	464.322	1.872.986	0	1.872.986

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170	0	1.451.170
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170	0	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	0	0	0	117	0	117
5.04.08	Remuneração com Base em Ações	0	117	0	0	0	117	0	117
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.319	95	75.414	0	75.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.319	0	75.319	0	75.319
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	95	95	0	95
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	0	0	0	0	95	95	0	95
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.891	-13.891	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	21.047	-21.047	0	0	0
5.06.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	-7.156	7.156	0	0	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.669	209.271	89.210	611.944	1.526.701	0	1.526.701

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	815.021	570.401
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	623.313	569.214
7.01.02	Outras Receitas	11.177	1.187
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	178.467	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.064	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-360.057	-154.775
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-123.783	-96.618
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.055	-49.804
7.02.04	Outros	-187.219	-8.353
7.03	Valor Adicionado Bruto	454.964	415.626
7.04	Retenções	-115.990	-79.395
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-115.990	-79.395
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	338.974	336.231
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.957	15.170
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-76	0
7.06.02	Receitas Financeiras	8.033	15.170
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	346.931	351.401
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	346.931	351.401
7.08.01	Pessoal	30.782	30.649
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.004	27.458
7.08.01.02	Benefícios	936	1.436
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.842	1.755
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	107.127	112.002
7.08.02.01	Federais	96.546	103.524
7.08.02.02	Estaduais	10.517	8.362
7.08.02.03	Municipais	64	116
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	116.044	133.431
7.08.03.01	Juros	115.038	133.052
7.08.03.02	Aluguéis	1.006	379
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	92.978	75.319
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	92.978	75.319

## 1. Perfil

---

A AES Tietê Energia, é uma Companhia de capital aberto autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 4,2 GW, sendo 2.658,4 MW hídrico, 1.264,9 MW eólico e 294,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico, ainda em negociação, que poderá adicionar até 1,3 GW de capacidade instalada. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 5,5 GW de capacidade instalada.

### **Fonte Hídrica**

O portfólio hidráulico da Companhia é composto por nove usinas hidráulicas (“UHEs”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”).

### **Fonte Eólica**

Em 03 de agosto de 2017, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da Companhia. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 27 de dezembro, a AES Brasil anunciou o acordo de aquisição dos Complexos Eólicos MS e Santos. Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possui 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializado por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou um PPA com a Minasligas para o fornecimento de 21 MWm pelo prazo de 20 anos a partir de 2023. No dia 25 do mesmo mês, a AES Brasil assinou um PPA com Ferbasa, para o fornecimento de 80 MWm a partir de 2024, também pelo prazo de 20 anos. Ambos os projetos serão supridos pelo Complexo Eólico Cajuína e o início de sua construção é esperado para 2021.

Além disso, a Companhia possui ~1,3 GW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda, incluindo 260,4 MW do Complexo Eólico Tucano e o acordo de compra de aproximadamente 1,0 GW remanescente do projeto greenfield eólico no Rio Grande do Norte – Complexo Eólico Cajuína – assinado em março de 2020.

### **Fonte Solar**

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

## 1.1 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	1T21	1T20	Var. R\$	Var. %
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>634.489</b>	<b>570.401</b>	<b>64.088</b>	<b>11,2%</b>
Deduções da receita operacional bruta	(77.754)	(76.005)	(1.749)	2,3%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>556.735</b>	<b>494.396</b>	<b>62.339</b>	<b>12,6%</b>
Custo de produção e operação de energia	(270.901)	(228.547)	(42.354)	18,5%
<b>Lucro bruto</b>	<b>285.834</b>	<b>265.849</b>	<b>19.985</b>	<b>7,5%</b>
Despesas operacionais	(46.949)	(30.903)	(16.046)	51,9%
Equivalência patrimonial	(76)	-	(76)	N/A
Resultado financeiro	(103.932)	(118.531)	14.599	-12,3%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>134.877</b>	<b>116.415</b>	<b>18.462</b>	<b>15,9%</b>
Tributos sobre o lucro	(41.899)	(41.096)	(803)	2,0%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>92.978</b>	<b>75.319</b>	<b>17.659</b>	<b>23,4%</b>

Em milhares de reais - Consolidado

No trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$92.978 ante um lucro líquido de R\$75.319 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento de 23,4% do resultado da Companhia.

## 1.2 Receita operacional líquida

	1T21		1T20		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	2.872	493.921	2.780	463.811	3,3%	6,5%
Mercado de curto prazo						
MRE	182	1.479	354	4.955	-48,6%	-70,2%
SPOT	8	4.706	17	17.900	-52,9%	-73,7%
Outros	-	9.873	-	5.427	-	81,9%
Contratos de energia eólicos	130	77.128	363	48.721	-64,2%	58,3%
Contratos de energia solares	111	36.206	83	28.400	33,7%	27,5%
Outras receitas	-	11.176	-	1.187	N/A	841,5%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.303</b>	<b>634.489</b>	<b>3.597</b>	<b>570.401</b>	<b>-8,2%</b>	<b>11,2%</b>
Deduções da receita operacional bruta		(77.754)		(76.005)		2,3%
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>556.735</b>		<b>494.396</b>		<b>12,6%</b>

Em milhares de reais - Consolidado

O aumento de 12,6% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento de receita proveniente da venda de contratos bilaterais no montante de R\$30.110, principalmente em função do menor nível de contratação de energia do período, resultando em maior volume no primeiro trimestre de 2021 quando comparado ao mesmo período de 2020 (2.872GWh no 1T21 vs. 2.780 GWh no 1T20);
- aumento da receita proveniente dos contratos de energia eólica no montante de R\$28.407, principalmente em função da entrada do resultado do Complexo Eólico Ventus, que faz parte do resultado da Companhia desde dezembro de 2020 e maior geração do Complexo Alto Sertão II; e



- aumento da receita proveniente dos contratos de energia solares no montante de R\$7.806, devido maior volume de energia do Complexo Solar Guaimbê.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução de receita proveniente do mercado de curto prazo, no montante de R\$12.224, principalmente em função do menor preço médio e do menor resultado na linha de MRE devido às diferenças de preços entre os submercados;

### 1.3 Custos e despesas operacionais

Os custos de produção e operação de energia somados aos custos operacionais e despesas gerais e administrativas no trimestre findo em 31 de março de 2021 apresentaram um aumento de R\$58.400 ou 22,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- aumento da depreciação e amortização de 41,5% no montante de R\$32.310, principalmente referente a amortização do montante reconhecido da repactuação do risco hidrológico no 4T20;
- aumento de 19,7% ou R\$17.940 no custo com energia comprada para revenda, ocasionado principalmente pela hidrologia adversa observada no 1T21; e
- aumento de R\$ 11.259 de serviços de terceiros principalmente, devido ao contrato de O&M, em função da adição do Complexo Eólico Ventus no portfólio da Companhia e outros serviços que fazem frente ao crescimento da AES Brasil.

### 1.4 Resultado financeiro

No 1T21 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$103.932 ou 12,3% inferior à despesa apresentada no 1T20 que foi de R\$118.531, efeito este explicado principalmente pela liquidação antecipada do GSF, em janeiro de 2021, com o objetivo de mitigar o impacto da atualização do passivo pelo IGP-M. Esse evento permitiu com que a Companhia não registrasse no 1T21 nenhuma despesa financeira relacionada à atualização monetária do GSF vs. uma despesa de R\$ 18,2 milhões registrados no 1T20.

**Notas Explicativas**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Reapresentado		Reapresentado		
	Controladora		Consolidado		
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	780.076	492.617	790.994	504.874
Investimentos de curto prazo	4	328.087	1.033.186	841.680	1.521.031
Contas a receber de clientes	5	190.977	181.759	280.210	286.571
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	39.489	27.904	41.923	30.274
Outros tributos a recuperar	6	419	425	1.575	4.553
Cauções e depósitos vinculados	8	37.852	16.908	54.532	22.615
Outros ativos	9	25.390	14.005	67.622	55.413
Ativos disponíveis para venda	10	83.352	—	90.185	—
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.485.642</b>	<b>1.766.804</b>	<b>2.168.721</b>	<b>2.425.331</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Tributos diferidos	7	—	—	4.417	4.584
Cauções e depósitos vinculados	8	22.523	36.082	92.521	137.184
Outros ativos	9	22.499	16.884	44.862	34.245
Investimentos em controladas e joint ventures	11	3.714.520	3.838.729	60.725	52.355
Imobilizado, líquido	12	2.630.768	2.659.239	5.996.204	6.121.633
Intangível, líquido	13	1.008.431	994.691	1.246.487	1.244.190
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.398.741</b>	<b>7.545.625</b>	<b>7.445.216</b>	<b>7.594.191</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.884.383</b>	<b>9.312.429</b>	<b>9.613.937</b>	<b>10.019.522</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Reapresentado		Reapresentado		
	Controladora		Consolidado		
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>					
Fornecedores	14	69.175	1.428.539	121.923	1.472.805
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	934.701	569.136	1.005.469	636.399
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	34.101	—	39.061	4.775
Outros tributos a pagar	15	20.775	14.629	24.474	18.084
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		39.295	31.360	39.295	31.360
Provisões para processos judiciais e outros	19	4.035	3.894	4.035	3.894
Encargos setoriais	20	17.320	20.133	17.559	20.363
Obrigações de aquisições	21	228.869	249.635	228.869	249.635
Outras obrigações	21	27.132	38.271	128.423	149.363
Passivos disponíveis para venda	10	—	—	8.736	—
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.375.403</b>	<b>2.355.597</b>	<b>1.617.844</b>	<b>2.586.678</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	4.862.562	4.318.188	5.161.820	4.622.483
Passivo de arrendamento	17	19.869	20.106	84.698	86.327
Tributos diferidos	7	469.234	494.909	474.013	498.612
Obrigações com benefícios pós-emprego	18	134.039	131.413	134.039	131.413
Provisões para processos judiciais e outros	19	77.692	74.601	77.692	74.601
Encargos setoriais	20	8.904	7.124	8.904	7.124
Obrigações de aquisições e outras obrigações	21	63.694	68.033	181.941	169.826
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.635.994</b>	<b>5.114.374</b>	<b>6.123.107</b>	<b>5.590.386</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>					
Capital social subscrito e integralizado	22	474.607	474.607	474.607	474.607
Reserva de capital	22	142.220	142.068	142.220	142.068
Reservas de lucros	22.1	111.794	119.736	111.794	119.736
Lucros a destinar na AGO	22.1	573.152	573.152	573.152	573.152
Outros resultados abrangentes	22.1	464.322	532.895	464.322	532.895
Lucros acumulados		106.891	—	106.891	—
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.872.986</b>	<b>1.842.458</b>	<b>1.872.986</b>	<b>1.842.458</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.884.383</b>	<b>9.312.429</b>	<b>9.613.937</b>	<b>10.019.522</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
 Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Reapresentado		Reapresentado		
	Controladora		Consolidado		
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020	
Receita líquida	24	454.702	425.392	556.735	494.396
Custo de produção e operação de energia	25	(201.760)	(175.469)	(270.901)	(228.547)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>252.942</b>	<b>249.923</b>	<b>285.834</b>	<b>265.849</b>
Gerais e administrativas	26	(43.988)	(29.986)	(47.523)	(31.180)
Outras Receitas (despesas) operacionais	27	1.324	(314)	574	277
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(42.664)</b>	<b>(30.300)</b>	<b>(46.949)</b>	<b>(30.903)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	18.326	4.553	(76)	—
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>228.604</b>	<b>224.176</b>	<b>238.809</b>	<b>234.946</b>
Receitas financeiras		3.468	12.014	8.271	14.521
Despesas financeiras		(101.725)	(124.671)	(112.203)	(133.052)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	28	<b>(98.257)</b>	<b>(112.657)</b>	<b>(103.932)</b>	<b>(118.531)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>130.347</b>	<b>111.519</b>	<b>134.877</b>	<b>116.415</b>
Contribuição social		(9.182)	(12.085)	(11.117)	(13.594)
Imposto de renda		(24.920)	(32.884)	(28.570)	(35.768)
Contribuição social diferida		(844)	2.341	(465)	2.460
Imposto de renda diferido		(2.423)	6.428	(1.747)	5.806
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	7	<b>(37.369)</b>	<b>(36.200)</b>	<b>(41.899)</b>	<b>(41.096)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>92.978</b>	<b>75.319</b>	<b>92.978</b>	<b>75.319</b>
<b>Lucro por ação (em reais)</b>					
Básico	23	0,04659	0,03774	0,04659	0,03774

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>92.978</b>	<b>75.319</b>	<b>92.978</b>	<b>75.319</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
<b>- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro</b>				
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada, líquido de impostos diferidos	1.523	95	—	—
Hedge de fluxo de caixa	(85.124)	—	(82.875)	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.941	—	28.215	—
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	—	—	—	95
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>38.318</b>	<b>75.414</b>	<b>38.318</b>	<b>75.414</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Período findo em 31 de março de 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reservas de capital					Reservas de Lucros					Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva especial de ágio	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Legal	Reserva de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>474.607</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>3.274</b>	<b>264</b>	<b>94.921</b>	<b>16.873</b>	<b>97.477</b>	<b>625.740</b>	<b>—</b>	<b>1.451.170</b>
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	—	—	75.319	75.319
Resultado abrangente total:												
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas		—	—	—	—	—	—	—	—	95	—	95
Transações com os acionistas:												
Remuneração com base em ações		—	—	—	117	—	—	—	—	—	—	117
Mutações internas do Patrimônio Líquido:												
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	—	—	—	(21.047)	21.047	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	—	—	—	—	—	—	7.156	(7.156)	—
<b>Saldos em 31 de março de 2020</b>		<b>474.607</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>3.391</b>	<b>264</b>	<b>94.921</b>	<b>16.873</b>	<b>97.477</b>	<b>611.944</b>	<b>89.210</b>	<b>1.526.701</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>474.607</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>3.790</b>	<b>264</b>	<b>94.921</b>	<b>597.967</b>	<b>—</b>	<b>532.895</b>	<b>—</b>	<b>1.842.458</b>
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	—	—	92.978	92.978
Resultado abrangente total:												
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas		—	—	—	—	—	—	—	—	1.523	—	1.523
Hedge de fluxo de caixa		—	—	—	—	—	—	—	—	(85.124)	—	(85.124)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	—	—	—	—	—	—	28.941	—	28.941

**Notas Explicativas**Transações com os acionistas:

Remuneração com base em ações	-	-	-	152	-	-	-	-	-	-	152
Pagamento de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(7.942)	-	-	-	(7.942)

Mutações internas do Patrimônio Líquido:

Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.081)	21.081	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	-	-	-	-	-	7.168	(7.168)	-	
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>		<b><u>474.607</u></b>	<b><u>128.609</u></b>	<b><u>9.405</u></b>	<b><u>3.942</u></b>	<b><u>264</u></b>	<b><u>94.921</u></b>	<b><u>590.025</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>464.322</u></b>	<b><u>106.891</u></b>	<b><u>1.872.986</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do período	92.978	75.319	92.978	75.319
<b>Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	65.232	45.672	111.378	79.395
Varição monetária e cambial	80.797	35.469	80.394	35.047
Provisão para processos judiciais e outros	19	136	456	136
Marcação a mercado de derivativos		—	(68)	(736)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	16 e 28	90.490	84.132	98.567
Juros sobre passivo de arrendamento	25	482	886	2.126
Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	18	2.626	2.803	2.626
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(1.379)	(11.096)	(3.807)
Baixa de bens do ativo	12	142	90	7.117
Resultado de equivalência patrimonial	11	(18.326)	(7.055)	76
GSF - recuperação de custo	13	(35.899)	—	(35.899)
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	3.267	(8.769)	2.212
Ações e opções de ações outorgadas		152	117	152
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>		<b>(53.238)</b>	<b>26.239</b>	<b>(102.716)</b>
		<b>227.460</b>	<b>244.263</b>	<b>255.272</b>
				<b>331.185</b>
Pagamento de liquidação financeira GSF	14	(1.308.698)	—	(1.308.698)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	16 e 25	(58.419)	(84.776)	(61.903)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(13.209)	(23.378)	(18.981)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	18	—	(398)	—
Pagamento de processos judiciais e outros	19	(134)	17	(134)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		21.657	22.828	25.302
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		686.422	16.820	659.669
<b>Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(444.921)</b>	<b>175.376</b>	<b>(449.473)</b>
<b>195.464</b>				<b>195.464</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(14.746)	(20.766)	(39.189)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	11	(15.781)	(106.569)	(8.500)
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		(29.837)	(21.749)	(29.837)
Venda de participação acionária, líquido do caixa das empresas desconsolidadas		—	—	8.736
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		10.648	(34.659)	13.538
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(49.716)</b>	<b>(183.743)</b>	<b>(55.252)</b>
				<b>(198.186)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	16	800.000	—	800.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	16	—	—	(6.635)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	32	(9)	(5)	(8)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	17	(212)	(648)	(1.648)
				(2.722)

**Notas Explicativas**

Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	16	—	—	(825)	—
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	8	(17.683)	—	(39)	—
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>		<b>782.096</b>	<b>(653)</b>	<b>790.845</b>	<b>(2.727)</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>287.459</b>	<b>(9.020)</b>	<b>286.120</b>	<b>(5.449)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		492.617	10.080	504.874	31.838
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>780.076</b>	<b>1.060</b>	<b>790.994</b>	<b>26.389</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>1. RECEITAS</b>	<b>595.169</b>	<b>496.828</b>	<b>815.021</b>	<b>570.401</b>
Receita bruta de venda de energia	523.995	496.717	623.313	569.214
Outras receitas operacionais	1.806	111	11.177	1.187
Receitas relativas à construção de ativos próprios	67.304	–	178.467	–
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.064	–	2.064	–
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(224.460)</b>	<b>(138.105)</b>	<b>(360.057)</b>	<b>(154.775)</b>
Materiais	(592)	(2.816)	(3.435)	(4.875)
Serviços de terceiros	(29.400)	(34.190)	(45.620)	(44.929)
Custo da energia comprada e transmissão	(116.544)	(95.011)	(123.783)	(96.618)
Custo de construção de ativos próprios	(71.963)	–	(181.091)	–
Outros custos operacionais	(5.961)	(6.088)	(6.128)	(8.353)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>370.709</b>	<b>358.723</b>	<b>454.964</b>	<b>415.626</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(72.803)</b>	<b>(45.672)</b>	<b>(115.990)</b>	<b>(79.395)</b>
Depreciação e amortização	(68.647)	(43.170)	(115.990)	(79.395)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(4.156)	(2.502)	–	–
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>297.906</b>	<b>313.051</b>	<b>338.974</b>	<b>336.231</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>24.829</b>	<b>19.665</b>	<b>7.957</b>	<b>15.170</b>
Equivalência patrimonial	22.482	7.055	(76)	–
Receitas financeiras	2.347	12.610	8.033	15.170
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>322.735</b>	<b>332.716</b>	<b>346.931</b>	<b>351.401</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>322.735</b>	<b>332.716</b>	<b>346.931</b>	<b>351.401</b>
<b>Pessoal</b>	<b>30.336</b>	<b>30.543</b>	<b>30.782</b>	<b>30.649</b>
Remuneração e encargos	23.744	23.779	24.025	23.860
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	3.957	3.579	3.979	3.598
Previdência privada	935	1.435	936	1.436
FGTS	1.700	1.750	1.842	1.755
<b>Tributos (Governos)</b>	<b>98.406</b>	<b>101.949</b>	<b>107.127</b>	<b>112.002</b>
<b>Federais</b>	<b>70.877</b>	<b>72.372</b>	<b>77.244</b>	<b>80.226</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	37.369	36.200	41.900	41.096
COFINS	15.437	25.328	16.912	27.748
PIS	13.543	5.687	13.858	6.209
INSS	3.363	3.923	3.404	3.935
Encargos sociais - Outros	1.165	1.234	1.170	1.238
<b>Estaduais</b>	<b>8.883</b>	<b>6.713</b>	<b>10.517</b>	<b>8.362</b>
ICMS	8.746	6.713	10.372	8.362
Outros	137	–	145	–
<b>Municipais</b>	<b>61</b>	<b>114</b>	<b>64</b>	<b>116</b>
IPTU	61	114	61	114
ISS	–	–	3	2
<b>Encargos setoriais</b>	<b>18.585</b>	<b>22.750</b>	<b>19.302</b>	<b>23.298</b>
Pesquisa e desenvolvimento	4.492	4.216	4.492	4.216
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.194	2.033	2.911	2.581
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	11.899	16.501	11.899	16.501
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>101.015</b>	<b>124.905</b>	<b>116.044</b>	<b>133.431</b>
Juros	100.496	124.671	115.038	133.052
Aluguéis	519	234	1.006	379
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>92.978</b>	<b>75.319</b>	<b>92.978</b>	<b>75.319</b>
Lucros retidos	92.978	75.319	92.978	75.319

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

No período findo em 31 de março de 2021, o percentual da energia assegurada vendida é conforme abaixo:

Portfólio	2021	2022	2023	2024	2025
Preço hídrico (R\$/MWh)	168	167	164	152	147
Preço eólico e solar (R\$/MWh)	220	214	202	193	193
Nível de contratação do portfólio consolidado	88%	91%	90%	71%	49%

As informações não financeiras como MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

#### 1.1 Complexo Eólico Cajuína

Em 01 de abril de 2021, a Companhia assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Indústria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores. Assim, em 31 de março de 2021, a Companhia manteve a divulgação completa nas demonstrações completas de 31 de dezembro de 2020 sobre o Complexo Eólico Cajuína.

Em 18 de março de 2020, foram assinados dois contratos de exclusividade, válidos até agosto e novembro de 2020, para aquisição de até 1.100 MW de capacidade instalada de projetos eólicos greenfield localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza. Esta operação reforça a estratégia da Companhia com foco em energias renováveis e consolida um *pipeline* de projetos renováveis, incluindo o saldo remanescente do Projeto Tucano.

Em 25 de agosto de 2020, a Companhia assinou o SPA para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MW. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes e está prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2021.

O SPA para a segunda fase, São Ricardo, que tem capacidade instalada de 437 MW, foi assinado em fevereiro de 2021. Em fevereiro de 2021 a Companhia fechou dois PPAs com a MinasLiga S.A e Cia de Ferro Ligas da Bahia (“Ferbasa”) para um período de 15 e 20 anos de suprimento e que juntos somam um total de 91 MW médio e que serão atendidos pelo complexo Cajuína.

A Companhia busca outros PPAs de longo prazo para atender a capacidade total restantes do projeto.

Em 01 de abril de 2020, a controlada direta AES Tucano Hoding I assinou um *Reservation and Exclusivity Agreement e Turbine Supply & Installation Agreement* com a Nordex Energy Brasil. Esse contrato garante à Nordex exclusividade no fornecimento dos aerogeradores (WTG) para o Complexo Eólico Cajuína. Por meio desse contrato, a Companhia tem o direito de exercer a compra dos WTG por meio de lotes de 300 MW. Ainda, em 01 de abril de 2021, a Companhia exerceu essa opção, adquirindo o primeiro lote de 300 MW, que será destinado à construção dos projetos de Ferbasa e Minas Liga. Os compromissos assumidos estão apresentados na nota explicativa nº 29.

#### 1.2 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previu a obrigação da Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

## Notas Explicativas



De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, na opinião da administração inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordam em suspender o processo judicial por até 6 anos, a partir da homologação judicial do acordo que ocorreu em 22 de janeiro de 2019, com a finalidade da Companhia cumprir o saldo remanescente de 86,9 MW, sem a imposição de qualquer penalidade, para que seja cumprido a totalidade da obrigação de expansão de 398 MW, o que poderá ser feito pela construção de novos projetos de geração ou, ainda, por meio de: (i) leilões regulados de energia elétrica em geração centralizada; (ii) aquisição de projetos de geração de energia; ou (iii) implementação de empreendimentos de geração distribuída. Uma vez cumprido o total da expansão, a Companhia estará dispensada do pagamento de qualquer penalidade por atraso.

### Projetos vinculados à obrigação de expansão

Desde o início da concessão em 1999, com a finalidade de atender a obrigação de expansão, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da Companhia foi ampliada em 311,1 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011, 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012, dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios, aquisição em 2018 do Complexo Solar Guaimbê, com 150 MW e construiu em 2019 o Complexo Ouroeste com 144,1 MW, ambos no Estado de São Paulo.

## **2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021**

---

### **Reorganização societária**

Em 29 de março de 2021, foi concluída a reorganização societária da AES Brasil Energia, atual controladora direta da Companhia (vide nota explicativa nº 22), realizada por meio de incorporação das ações da Companhia por seu valor patrimonial, com emissão de novas ações ordinárias da AES Brasil Energia aos acionistas da Companhia, passando a AES Brasil Energia, em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da Companhia. Neste sentido, as ações de emissão da Companhia deixam de ser negociadas e iniciam os negócios com as ações da AES Brasil no Novo Mercado da B3.

### **Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas informações contábeis**

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condição financeira e fluxo de caixa de nossos negócios. Em abril de 2021, o Fundo Monetário Internacional projetou crescimento na atividade econômica em 2021, incluindo 6% no crescimento mundial e 3,7% no Brasil.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem emvidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

## Notas Explicativas



Nesse sentido, a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos à medida que as condições mudarem. Apesar de esforços para gerenciar e remediar esses impactos para Companhia, seu impacto final também depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são consideradas essenciais e estão funcionando normalmente. A maioria de nosso pessoal administrativo e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetam as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações financeiras confiáveis.

### Repactuação do risco hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

Em 09 de dezembro de 2020, com base na análise da Resolução Normativa ANEEL N° 895 publicada pela ANEEL em 03 de dezembro de 2020, que estabeleceu novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica e oficializou as condições e regras para o cálculo do valor e do período da extensão de concessão, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação do acordo do GSF no valor mínimo de R\$636.300, assim como a desistência da ação judicial relativa ao GSF, cujo pedido foi protocolado em 23 de dezembro de dezembro de 2020.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico no montante de R\$946.957 foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia feita com base no entendimento da regulamentação final da ANEEL, e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

Em 02 de março de 2021, a CCEE apresentou oficialmente seus cálculos atualizados para a repactuação do risco hidrológico. O cálculo apresentado demonstra um valor total para as usinas da Companhia de R\$982.856, um aumento de R\$35.899, em comparação com a estimativa realizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, que foi registrado como complemento do intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo. O montante foi convertido pela Aneel em extensão do prazo da outorga e a Companhia passou a ter um direito de extensão de concessão de 2,7 anos, ante 2,6 anos divulgados anteriormente, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A Companhia aguarda a publicação da Resolução Homologatória da ANEEL com a indicação dos valores supracitados. A referida homologação encontra-se em atraso no que se refere ao seu período previsto dados recursos administrativos apresentados por terceiros à ANEEL, ação natural ao processo. O único recurso aprovado até o momento modifica apenas o cálculo de valores para usinas que disponham de comercialização no mercado regulado e tenham repactuado o risco hidrológico em 2015. Assim, não há perspectiva de mudança do cálculo para os ativos da Companhia.

### Acordo de Investimento

Em 17 de março de 2021, a Companhia firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreve novas ações preferenciais, emitidas pela sua controlada direta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar.

Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a Companhia e o Itaú efetivaram a transação. Com a subscrição do aumento de capital, no valor de R\$ 855.000, o Itaú se tornou acionista da Guaimbê Holding e passou a deter participação equivalente a 19,9% de seu capital social.

## Notas Explicativas

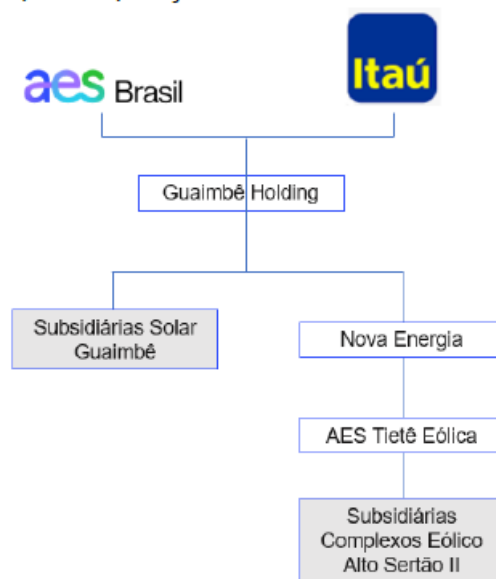


Segue abaixo a estrutura da Companhia antes e após o investimento feito pelo Itaú:

Antes da Operação:



Após a Operação:



### Ativos não circulantes disponíveis para venda

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente venda de 100% das quotas da controlada direta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II. Vide nota explicativa nº 10.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 05 de maio de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2021, submetendo-as nesta data ao conhecimento do Conselho de Administração.

### 3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), assim como as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (*“deemed cost”*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na

## Notas Explicativas

combinação de negócios e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, publicadas em 24 de fevereiro de 2021. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as informações contábeis anuais.

Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.2	Geração eólica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Complexo Eólico Tucano	(a)
1.5	Complexo Eólico Ventus	(a)
1.6	Geração distribuída	(a)
1.8	Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A	(a)
1.9	Obrigações de expansão	(a)
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(b)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
21	Patrimônio Líquido	(b)
22.1	Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes	(b)
22	Destinação do resultado	(a)
30.1	Hierarquia do valor justo	(a)
30.2 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
30.2 (b.1)	Risco de crédito	(b)
30.2 (b.2)	Risco de gerenciamento de capital	(b)
30.2 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
30.2 (c.3)	Risco de recontração (volume, preço e diferença de submercado)	(a)
30.2 (c.4)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
30.2 (c.5)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
30.2 (c.6)	Risco socioambiental	(a)
30.2 (c.7)	Risco de obrigação de expansão	(a)
30.2 (c.8)	Risco da escassez de vento	(a)
34	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

(b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

### 3.5 Base de preparação e apresentação

#### Continuidade operacional

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

### Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

### Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, com o objetivo de simplificar e melhorar a apresentação das informações dos resultados relativos ao período findo em 31 de março de 2021 para os saldos de resultado e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os saldo patrimoniais, procedeu reclassificações nessas informações contábeis originalmente publicadas em 06 de maio de 2020 e 24 de fevereiro de 2021, respectivamente. As reclassificações são resumidas conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas



Referência	Controladora			Consolidado			
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b>							
Receita operacional líquida	(a)	425.392	–	425.392	494.396	–	494.396
Custo dos produtos e serviços vendidos	(a) e (b)	–	(175.469)	(175.469)	–	(228.547)	(228.547)
Gerais e administrativas	(b)	–	(29.986)	(29.986)	–	(31.180)	(31.180)
Outras despesas e receitas operacionais	(b)	–	(314)	(314)	–	277	277
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(51.736)	51.736	–	(48.160)	48.160	–
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(b)	(35.059)	35.059	–	(40.239)	40.239	–
Taxa de fiscalização	(b)	(2.033)	2.033	–	(2.581)	2.581	–
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(a)	–	–	–	–	–	–
Pessoal e administradores	(b)	(34.265)	34.265	–	(34.386)	34.386	–
Entidade de previdência privada	(b) e (c)	(1.435)	1.435	–	(1.436)	1.436	–
Serviços de terceiros	(b)	(30.536)	30.536	–	(41.252)	41.252	–
Material	(b)	(2.622)	2.622	–	(4.681)	4.681	–
Provisão para processos judiciais e outros	(b)	141	(141)	–	141	(141)	–
Depreciação e amortização	(b)	(41.646)	41.646	–	(77.871)	77.871	–
Outras receitas e despesas operacionais	(b)	(6.578)	6.578	–	(8.985)	8.985	–
Resultado de equivalência patrimonial	(d)	7.055	(2.502)	4.553	–	–	–
Amortização de intangível e mais valia	(d)	(2.502)	2.502	–	–	–	–
Receitas financeiras	(e)	12.014	–	12.014	14.521	–	14.521
Despesas financeiras	(c) e (e)	(109.027)	(15.644)	(124.671)	(115.900)	–	(115.900)
Variações cambiais, líquidas	(e)	(15.644)	15.644	–	(17.152)	–	(17.152)
Contribuição social		(12.085)	–	(12.085)	(13.594)	–	(13.594)
Imposto de renda		(32.884)	–	(32.884)	(35.768)	–	(35.768)
Contribuição social diferida		2.341	–	2.341	2.460	–	2.460
Imposto de renda diferido		6.428	–	6.428	5.806	–	5.806
<b>TOTAL</b>		<b>75.319</b>	<b>–</b>	<b>75.319</b>	<b>75.319</b>	<b>–</b>	<b>75.319</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(f)	–	27.904	27.904	–	30.274	30.274
Outros tributos a recuperar	(f)	28.329	(27.904)	425	34.827	(30.274)	4.553
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Cauções e depósitos vinculados	(g)	51.048	(14.966)	36.082	137.184	(14.966)	122.218
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>							
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(f)	–	–	–	–	4.775	4.775
Outros tributos a pagar	(f)	14.629	–	14.629	22.859	(4.775)	18.084
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Outras obrigações	(g)	82.999	(14.966)	68.033	184.792	(14.966)	169.826
<b>TOTAL</b>		<b>177.005</b>	<b>(29.932)</b>	<b>147.073</b>	<b>379.662</b>	<b>(29.932)</b>	<b>349.730</b>

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

(a) A Companhia reclassificou a Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), originalmente apresentada em rubrica específica na demonstração de resultado como um custo com energia elétrica para a rubrica “Receita Líquida”.

(b) As reclassificações a seguir foram efetuadas com o objetivo segregar os custos relacionados à atividade-fim do negócio e as despesas, que não possuem atividade-fim do negócio: no saldo das rubricas de "Pessoal e administradores", "Entidade de previdência privada", "Serviços de terceiros", "Material", "Provisão para processos judiciais e outros, líquida", "Depreciação e amortização", "Outras

## Notas Explicativas

receitas e despesas operacionais", "Taxa de fiscalização", "Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão" e "Energia elétrica comprada para revenda".

(c) A Companhia reclassificou os juros sobre a obrigação atuarial e os rendimentos sobre os ativos do plano de previdência, originalmente apresentados na rubrica de Entidade de previdência privada, para a rubrica "Despesas financeiras".

(d) A Companhia reclassificou a Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições, originalmente apresentada em rubrica específica na demonstração de resultado para a rubrica "Resultado de equivalência patrimonial".

(e) A Companhia reclassificou as variações cambiais, líquidas negativas para a rubrica de "Despesas financeiras" e as variações cambiais, líquidas positivas para rubrica de "Receitas financeiras".

(f) A Companhia optou por segregar os saldos de impostos sobre o lucro dos demais impostos, tanto no ativo quanto no passivo.

(g) A Companhia reavaliou os compromissos contratuais, no montante de R\$14.966, que referem-se ao depósito de garantias para litígios, earn-out e indenização geral dos vendedores oriundas da aquisição do Complexo Alto Sertão II, conforme condição precedente do Memorando de Fechamento assinado entre as partes. Os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Dessa forma, a Companhia entende que os saldos possuem a mesma natureza, logo, reclassificou R\$14.966 da rubrica "Cauções e depósitos vinculados" do ativo não circulante para a rubrica "Obrigações de aquisições" no passivo não circulante apresentando-os de forma líquida no seu balanço patrimonial.

### 3.6 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### (b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

### 3.9 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## Notas Explicativas



As seguintes entidades são consideradas como controladas ou *joint ventures*:

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				31.03.2021	31.12.2020
<b>Controladas diretas:</b>					
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaimbê Solar Holding S.A. ("Guaimbê Holding")	Holding	Complexo Guaimbê	São Paulo, SP	100%	100%
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100,00%	100%
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%	100%
AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") (i)	Holding	Holding	São Paulo, SP	0%	100%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Ventus Holding")	Holding	Complexo Ventus	Curitiba, PN	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RR	51,00%	51%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	51,00%	51%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	51,00%	51%
<b>Controladas indiretas:</b>					
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Tietê Inova I")	Geração solar	Geração solar	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Tietê Inova II")	Geração solar	Geração solar	Bauru, SP	100%	100%
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	49%	49%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	49%	49%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	49%	49%
<b>Empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) (ii):</b>					
Tucano Holdings III S.A. ("Tucano Holding III")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	50%	50%
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	50%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	50%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	50%

**Notas Explicativas**

(i) Com a reorganização societária descrita na nota explicativa nº 2, a AES Brasil deixou de ser controlada direta e passou a ser controladora da Companhia.

(ii) Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>Caixa e Equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	446	417	6.227	9.436
Operação compromissada	779.630	492.200	784.767	495.438
<b>Subtotal</b>	<b>780.076</b>	<b>492.617</b>	<b>790.994</b>	<b>504.874</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
CDB-DI	309.245	716.829	822.838	1.204.674
Operação compromissada	–	111.610	–	111.610
Fundo de investimentos				
Letra financeira	17.182	16.441	17.182	16.441
LTN e NTN over	–	169.568	–	169.568
Debêntures	1.660	14.983	1.660	14.983
Letra financeira com fluxo	–	3.755	–	3.755
<b>Subtotal</b>	<b>328.087</b>	<b>1.033.186</b>	<b>841.680</b>	<b>1.521.031</b>
<b>Total</b>	<b>1.108.163</b>	<b>1.525.803</b>	<b>1.632.674</b>	<b>2.025.905</b>

Os investimentos de curto prazo em 31 de março de 2021 estão representados por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 98,67% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,93% 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas



## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Consumidores livres	173.790	173.061	183.711	185.419
Mercado de curto prazo (i)	14.864	6.745	52.004	62.697
Contratos de energia eólicos	–	–	32.427	27.301
Contratos de energia solares	–	–	10.730	10.730
Partes relacionadas (nota 29)	2.320	1.946	1.298	–
Serviços prestados	3	7	40	424
<b>Subtotal</b>	<b>190.977</b>	<b>181.759</b>	<b>280.210</b>	<b>286.571</b>
<b>Total</b>	<b>190.977</b>	<b>181.759</b>	<b>280.210</b>	<b>286.571</b>

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Controladora					Total
	SalDOS vincendos	SalDOS vencidos				
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores livres	173.746	44	–	–	–	173.790
Mercado de curto prazo	1.229	13.635	–	–	–	14.864
Partes relacionadas	2.320	–	–	–	–	2.320
Serviços Prestados	–	3	–	–	–	3
<b>Total</b>	<b>177.295</b>	<b>13.682</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>190.977</b>

	Consolidado					Total
	SalDOS vincendos	SalDOS vencidos				
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores livres	183.667	44	–	–	–	183.711
Mercado de curto prazo	1.262	14.423	787	–	35.532	52.004
Contratos de energia eólicos	31.799	609	–	12	7	32.427
Contratos de energia solares	10.730	–	–	–	–	10.730
Partes relacionadas (nota 29)	1.297	1	–	–	–	1.298
Serviços prestados	13	27	–	–	–	40
<b>Total</b>	<b>228.768</b>	<b>15.104</b>	<b>787</b>	<b>12</b>	<b>35.539</b>	<b>280.210</b>

**Notas Explicativas****6. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b><u>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</u></b>				
Imposto de renda	22.650	15.377	23.453	16.072
Contribuição social	14.260	10.284	14.743	10.754
Imposto de renda retido na fonte	2.579	2.243	3.727	3.448
<b>Total</b>	<b>39.489</b>	<b>27.904</b>	<b>41.923</b>	<b>30.274</b>
<b><u>Outros tributos a recuperar</u></b>				
PIS e Cofins	412	412	1.400	4.370
Outros	7	13	175	183
<b>Total</b>	<b>419</b>	<b>425</b>	<b>1.575</b>	<b>4.553</b>

## Notas Explicativas

### 7. TRIBUTOS DIFERIDOS

#### 7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balança Patrimonial		Resultado		Balança Patrimonial		Resultado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>								
<b>Tributos ativos:</b>								
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.548	4.481	(2.933)	(2.642)	1.553	4.494	(2.941)	(2.647)
Provisão para processos fiscais	6.865	6.838	27	256	6.865	6.838	27	255
Provisão para processos trabalhistas	792	773	19	(72)	792	774	18	(72)
Provisão de benefício a empregados	242	(651)	893	818	242	(651)	893	818
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.027	—	—	2.027	2.027	—	—
Provisão para processos cíveis	18.548	17.490	1.058	381	18.548	17.490	1.058	381
Créditos fiscais de ágios incorporados	89.175	92.618	(3.443)	(3.716)	89.175	92.618	(3.443)	(3.716)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	8.552	9.904	(1.352)	993	9.190	11.197	(1.482)	1.243
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	28.942	—	—	—	28.942	—	—	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	45.331	45.331	—	—	45.331	45.331	—	—
Ressarcimento de energia	—	—	—	—	3.980	3.384	1.022	1.156
Prejuízo fiscal e base negativa	—	—	—	—	1.109	943	899	(124)
Variação cambial não realizada	131	2.841	(2.710)	5.319	131	2.864	(2.733)	5.319
Outros	3.749	3.816	(68)	(25)	3.749	3.814	(65)	(535)
<b>Tributos passivos:</b>								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(317.321)	(324.489)	7.168	7.156	(317.321)	(324.489)	7.168	7.156
Ativo intangível - uso do bem público	(8.054)	(8.232)	178	226	(8.054)	(8.232)	178	226
Atualização de cauções e depósitos vinculados	—	(576)	576	(567)	—	(530)	530	(567)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(22.252)	(22.381)	129	244	(22.252)	(22.381)	129	244
Variação Cambial Ativa Não Realizada	(4)	(2.734)	2.730	—	(2.478)	(4.415)	1.843	—
Ativo intangível - GSF (i)	(326.986)	(321.965)	(5.021)	—	(326.986)	(321.965)	(5.021)	—
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	—	—	—	—	(727)	—	—	—
Outros	(519)	—	(518)	398	(3.412)	(3.139)	(292)	(871)
<b>Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(469.234)</b>	<b>(494.909)</b>	<b>(3.267)</b>	<b>8.769</b>	<b>(469.596)</b>	<b>(494.028)</b>	<b>(2.212)</b>	<b>8.266</b>
<b>Total Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(469.234)</b>	<b>(494.909)</b>	<b>(3.267)</b>	<b>8.769</b>	<b>(469.596)</b>	<b>(494.028)</b>	<b>(2.212)</b>	<b>8.266</b>
<b>Apresentação no balanço patrimonial</b>								
Ativo líquido	—	—			4.417	4.584		
Passivo líquido	(469.234)	(494.909)			(474.013)	(498.612)		
<b>Total</b>	<b>(469.234)</b>	<b>(494.909)</b>			<b>(469.596)</b>	<b>(494.028)</b>		

## Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	31.03.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	205.902	(675.136)	(469.234)	(494.909)
AES Tietê Integra	1.753	–	1.753	956
AES Tietê Inova	–	–	–	1.587
Dourados	577	(66)	511	434
Ametista	572	(69)	503	424
Araças	487	(62)	425	353
Pilões	433	(62)	371	305
Seraíma	354	(71)	283	214
Maron	336	(87)	249	179
Morrão	247	(69)	178	112
Rei dos Ventos 3	113	(71)	42	–
Pelourinho	113	(101)	12	(38)
Da Prata	99	(47)	52	20
Tanque	99	(61)	38	(17)
Caetite	95	(345)	(250)	(413)
Serra do Espinhaço	87	(154)	(67)	(127)
Espigão	81	(87)	(6)	(54)
Brasventos Miassaba 3	68	(87)	(19)	–
Borgo	57	(250)	(193)	(314)
AGV VI	45	(47)	(2)	(29)
Guaimbê I	36	(43)	(7)	(25)
AGV V	36	(60)	(24)	(49)
Brasventos Eolo	31	(69)	(38)	–
AGV IV	13	(39)	(26)	(38)
Guaimbê III	–	(188)	(188)	(246)
Tucano H. I	–	(727)	(727)	–
Ventos do Nordeste	–	(163)	(163)	(159)
Boa Hora 1	–	(125)	(125)	(130)
Boa Hora 2	–	(143)	(143)	(154)
Boa Hora 3	–	(145)	(145)	(156)
Guaimbê II	–	(53)	(53)	(44)
Guaimbê IV	–	(55)	(55)	(55)
Guaimbê V	–	(74)	(74)	(68)
Guaimbê Holding	–	(2.474)	(2.474)	(1.587)
<b>Consolidado</b>	<b>211.634</b>	<b>(681.230)</b>	<b>(469.596)</b>	<b>(494.028)</b>

### Apresentação no balanço patrimonial consolidado

Ativo líquido	4.417	4.584
Passivo líquido	(474.013)	(498.612)
<b>Total</b>	<b>(469.596)</b>	<b>(494.028)</b>

## Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(494.909)	(494.028)
Impacto no resultado	(3.267)	(2.212)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	28.942	28.220
Ativos disponíveis para venda (nota 10)	–	(1.576)
Saldo em 31 de março de 2021	(469.234)	(469.596)

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2021		31.03.2020		31.03.2021		31.03.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	(24.920)	(9.182)	(32.884)	(12.085)	(28.570)	(11.117)	(35.768)	(13.594)
Diferidos	(2.423)	(844)	6.428	2.341	(1.747)	(465)	5.806	2.460
<b>Total</b>	<b>(27.343)</b>	<b>(10.026)</b>	<b>(26.456)</b>	<b>(9.744)</b>	<b>(30.317)</b>	<b>(11.582)</b>	<b>(29.962)</b>	<b>(11.134)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>130.347</b>	<b>130.347</b>	<b>111.519</b>	<b>111.519</b>	<b>132.266</b>	<b>132.266</b>	<b>116.415</b>	<b>116.415</b>
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>								
Doações	348	348	–	–	348	348	–	–
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	(18.326)	(18.326)	(7.055)	(7.055)	76	76	–	–
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.091)	(1.091)	–	–	(1.091)	(1.091)	–	–
Ajuste lucro presumido	–	–	–	–	(17.954)	(12.562)	(3.901)	(901)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	–	–	–	–	4.126	4.126	4.324	4.323
Amortização da mais valia em combinação de negócios	–	–	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	–	–	984	984	3.661	3.661	2.222	2.222
Juros capitalizados de controladas	–	–	–	–	(1.505)	(1.505)	(203)	(203)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(1.626)	–	(1.842)	–	(1.626)	–	(1.842)	–
Outras	128	138	1.088	1.300	1.858	1.858	1.529	1.745
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(20.567)</b>	<b>(18.931)</b>	<b>(5.307)</b>	<b>(3.253)</b>	<b>(10.589)</b>	<b>(3.571)</b>	<b>3.647</b>	<b>8.704</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>109.780</b>	<b>111.416</b>	<b>106.212</b>	<b>108.266</b>	<b>121.677</b>	<b>128.695</b>	<b>120.062</b>	<b>125.119</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>(27.445)</b>	<b>(10.027)</b>	<b>(26.553)</b>	<b>(9.744)</b>	<b>(30.419)</b>	<b>(11.583)</b>	<b>(30.015)</b>	<b>(11.261)</b>
Incentivos fiscais	95	–	90	–	95	–	90	–
Outros	7	1	7	–	7	1	(37)	127
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(27.343)</b>	<b>(10.026)</b>	<b>(26.456)</b>	<b>(9.744)</b>	<b>(30.317)</b>	<b>(11.582)</b>	<b>(29.962)</b>	<b>(11.134)</b>
<b>Alíquota efetiva (i)</b>	<b>24,4%</b>	<b>9,0%</b>	<b>25,3%</b>	<b>9,3%</b>	<b>22,9%</b>	<b>8,8%</b>	<b>25,7%</b>	<b>9,6%</b>

(i) Para fins de cálculo da alíquota efetiva, considerou-se o resultado antes dos tributos excluindo o efeito da equivalência patrimonial.

## Notas Explicativas

### 7.3 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Prejuízos fiscais	542.013	537.887
Base negativa de contribuição social	542.013	537.887
Diferenças temporárias	10.887	26.713

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

### 7.4 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</b>				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(161.087)	106.318	(54.769)	(52.690)
<b>Subtotal</b>	<b>158.477</b>	<b>(104.594)</b>	<b>53.883</b>	<b>55.962</b>
<b>AES Gás Ltda.</b>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(713.117)	477.543	(235.574)	(234.371)
<b>Subtotal</b>	<b>95.187</b>	<b>(64.021)</b>	<b>31.166</b>	<b>32.369</b>
<b>AES Tietê Participações S.A.</b>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(70.280)	46.383	(23.897)	(23.736)
<b>Subtotal</b>	<b>12.140</b>	<b>(8.014)</b>	<b>4.126</b>	<b>4.287</b>
<b>Total</b>	<b>265.804</b>	<b>(176.629)</b>	<b>89.175</b>	<b>92.618</b>

## Notas Explicativas

A movimentação dos créditos fiscaís do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>92.618</u>
Amortização	(10.261)
Reversão	6.818
Saldo em 31 de março de 2021	<u>89.175</u>

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

## 8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Garantias de compromissos contratuais	780	772	780	772
Garantias de financiamento (i)	37.072	16.136	53.752	21.843
Subtotal	<u>37.852</u>	<u>16.908</u>	<u>54.532</u>	<u>22.615</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Garantias de financiamento (i)	4.922	18.558	74.880	119.619
Cauções e depósitos vinculados (nota 19.1)	17.601	17.524	17.641	17.565
Subtotal	<u>22.523</u>	<u>36.082</u>	<u>92.521</u>	<u>137.184</u>
Total	<u>60.375</u>	<u>52.990</u>	<u>147.053</u>	<u>159.799</u>

(i) Na Controladora, o saldo de R\$41.994 refere-se à Conta Reserva do Serviço da Dívida, que destina-se aos pagamentos de principal e juros e que deve ter saldo equivalente de até duas parcelas do serviço da dívida e da Conta Complementação do ICSD, referentes à 8ª emissão de debêntures. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, devem ser aplicados, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média de 96,96% do CDI, para a Companhia. No Consolidado, além do mencionado na Controladora, o saldo também refere-se às Contas Reservas de O&M, que destina-se aos pagamentos das obrigações de contratos de dívida do Complexo Eólico Alto Sertão II e Complexo Eólico Ventus, nos montantes de R\$45.010 e R\$41.628, respectivamente.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no trimestre findo em 31 de março de 2021 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>52.990</u>	<u>159.799</u>
Adições (i)	25.688	45.877
Atualização monetária	350	753
Baixas e resgates (ii)	(18.653)	(59.376)
Saldo em 31 de março de 2021	<u>60.375</u>	<u>147.053</u>

(i) Na controladora, as adições no montante de R\$25.688 referem-se às garantias de financiamento da 8ª emissão de debênture. Já no consolidado, R\$13.962 refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II e R\$6.227 refere-se às garantias de financiamento das escrituras dos empréstimos e financiamentos do Complexo Eólico Ventus.

## Notas Explicativas

- (ii) Na controladora, os resgates, no montante de R\$18.653, referem-se, principalmente, aos resgates de garantias de financiamento da 8ª emissão de debênture. Já no consolidado, refere-se, principalmente, a resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, no montante de R\$26.253, e às escrituras de empréstimos e financiamentos do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$14.397.

### 9. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Almoarifado	6.535	5.145	21.524	18.272
Despesas pagas antecipadamente	15.502	7.094	19.005	7.271
Indenização de seguro a receber	—	—	7.092	7.092
Ressarcimento - conta de energia (i)	—	—	4.415	3.579
Contas a receber sobre venda de participação acionária	—	—	1.563	9.628
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	2.138	—
Dividendos a receber (nota 29)	45	—	—	—
Outros ativos a receber de partes relacionadas (nota 29)	269	1.007	—	742
Outros	3.039	759	11.885	8.829
<b>Subtotal</b>	<b>25.390</b>	<b>14.005</b>	<b>67.622</b>	<b>55.413</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Ressarcimento - conta de energia (i)	—	—	14.209	21.889
Indenização de seguro a receber	—	—	8.453	—
Despesas pagas antecipadamente	5.918	2.952	5.918	2.952
Imposto de renda	—	—	3.807	3.833
Contas a receber de partes relacionadas (nota 29)	15.090	13.829	1.298	—
INSS	—	—	1.762	1.762
Outros	1.491	103	9.415	3.809
<b>Subtotal</b>	<b>22.499</b>	<b>16.884</b>	<b>44.862</b>	<b>34.245</b>
<b>Total</b>	<b>47.889</b>	<b>30.889</b>	<b>112.484</b>	<b>89.658</b>

- (i) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos. Já os ressarcimentos por desvios negativos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações.

### 10. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente venda de 100% das quotas de sua controlada direta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II. Os termos e condições da venda ainda estão em negociação.

O portfólio da AES Tietê Inova atende consumidores de baixa tensão sob a modalidade de geração distribuída e possui, atualmente projetos com um total de 26,8MW entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo um pipeline de 12,4MW com conexão assegurada, a 5,4MW de projetos operacionais e outros 9 MW de projeto em construção.

## Notas Explicativas

Neste sentido, considerando que o ativo está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos habituais e costumeiros para venda e, a venda ser altamente provável em até um ano, a Companhia apresentou os ativos e passivos das controladas diretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II como ativos não circulantes mantidos para venda.

Composição dos saldos de ativos e passivos não circulantes disponíveis para venda da AES Tietê Inova em 31 de março de 2021:

	AES Tietê Inova
	31.03.2021
<b><u>ATIVO CIRCULANTE</u></b>	
Caixa e equivalentes de caixa	813
Contas a receber de clientes	589
Tributos a recuperar	2.833
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.235</b>
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>	
Tributos diferidos	1.574
Investimentos em controladas e joint ventures	8.920
Imobilizado, líquido	70.886
Intangível, líquido	327
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>81.707</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>85.942</b>
<b><u>AES Tietê Inova</u></b>	
<b>44286</b>	
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>	
Fornecedores	589
Passivo de arrendamento	6
Tributos a pagar	142
Contas a pagar a partes relacionadas (i)	2.488
Outras obrigações	2.868
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>6.093</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>	
Passivo de arrendamento	888
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>888</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>	
Capital social subscrito e integralizado	82.690
Outros resultados abrangentes	17
Prejuízos acumulados	(3.746)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>78.961</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>85.942</b>

(i) Trata-se de transações com partes relacionadas entre as controladas indiretas Tietê Inova e Tietê Integra. Dessa forma, o montante de R\$2.488 não foi eliminado na consolidação da AES Inova, pois a

## Notas Explicativas

Tietê Integra não faz parte da sua consolidação. No entanto o montante foi eliminado na consolidação da Companhia.

### 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (i)	3.363.674	3.483.728	60.725	52.355
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (ii)	60.418	60.913	—	—
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (iii)	62.389	64.530	—	—
Ajustes a valor justo do investimento adquirido (iv)	228.039	229.558	—	—
<b>Total</b>	<b>3.714.520</b>	<b>3.838.729</b>	<b>60.725</b>	<b>52.355</b>

- (i) Na controladora, inclui adiantamento para futuro aumento de capital para a controlada direta Nova Energia, no montante de R\$854.409.
- (ii) Direitos contratuais dos Complexos Boa Hora, Alto Sertão II e Tucano F5, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 13.
- (iii) Direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) do Complexo Solar Boa Hora, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 13.
- (iv) Ajuste a valor justo nas aquisições:
- Complexo Alto Sertão II: (a) mais-vaia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante de R\$106.940 amortizada a uma taxa de 4,75% a.a e (b) ajuste a valor justo do saldo de empréstimos e financiamentos relacionado aos custos de emissão capitalizados pela adquirida, no montante atualizado de (R\$630).
  - Complexo Eólico Ventus: (a) mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$121.729 amortizada a uma taxa de 4% a.a.

No consolidado, a mais-valia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de "Imobilizado, líquido" e os custos de emissão para a rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures".

A movimentação dos investimentos no trimestre findo em 31 de março de 2021 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.483.728</b>	<b>60.913</b>	<b>64.530</b>	<b>229.558</b>	<b>3.838.729</b>
Equivalência patrimonial	22.480	—	—	—	22.480
Aumento de capital	15.781	—	—	—	15.781
Dividendos de controladas	(76.486)	—	—	—	(76.486)
Ativos disponíveis para venda	(83.352)	—	—	—	(83.352)
Amortização de direitos contratuais (i)	—	—	(1.431)	—	(1.431)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização (i)	—	(334)	(710)	—	(1.044)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na	—	(161)	—	(1.519)	(1.680)
Outros resultados abrangentes	1.523	—	—	—	1.523
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	<b>3.363.674</b>	<b>60.418</b>	<b>62.389</b>	<b>228.039</b>	<b>3.714.520</b>

## Notas Explicativas

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

## Notas Explicativas

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Dividendos de controladas	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização e da mais valia na combinação de negócios (i)	Ativos disponíveis para venda	Saldo em 31 de março de 2021
Boa Hora 1	121.402	3.025	—	—	(11.058)	(275)	—	113.094
Boa Hora 2	119.510	3.120	—	—	(9.452)	(274)	—	112.904
Boa Hora 3	154.147	2.582	—	—	(9.206)	(274)	—	147.249
Tietê Integra	13.810	(1.551)	—	—	—	—	—	12.259
Tietê Inova	78.331	(936)	5.940	17	—	—	(83.352)	—
Guaimbê Holding	1.371.008	17.115	—	—	(34.427)	(1.679)	—	1.352.017
AGV Solar IV	80.870	(247)	—	21	(6.041)	—	—	74.603
AGV Solar V	108.819	(67)	—	28	(4.523)	—	—	104.257
AGV Solar VI	107.861	206	—	46	(1.734)	—	—	106.379
Tucano Holding I	80.782	1.348	—	1.411	—	—	—	83.541
Tucano Holding II	101.992	(248)	6.648	—	—	—	—	108.392
Tucano F1	—	—	—	—	—	—	—	—
Tucano F2	—	—	—	—	—	—	—	—
Tucano F3	—	—	—	—	—	—	—	—
Tucano F4	—	—	—	—	—	—	—	—
Tucano F5	40.341	(2)	3.193	—	—	(223)	—	43.309
Tucano F6	—	—	—	—	—	—	—	—
Tucano F7	—	—	—	—	—	—	—	—
Tucano F8	—	—	—	—	—	—	—	—
Ventus Holding	1.285.304	(914)	—	—	(40)	—	—	1.284.350
Brasventos Eolo	52.895	(105)	—	—	—	(457)	—	52.333
Brasventos Miassaba 3	49.199	(644)	—	—	(5)	(441)	—	48.109
Rei dos Ventos 3	72.458	(202)	—	—	—	(532)	—	71.724
	<b>3.838.729</b>	<b>22.480</b>	<b>15.781</b>	<b>1.523</b>	<b>(76.486)</b>	<b>(4.155)</b>	<b>(83.352)</b>	<b>3.714.520</b>

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

## Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado (i)
Guaimbê Solar Holding	1.225.608.832	100%	1.335.609	2.210.944	2.210.944	17.115	17.115
Tietê Integra	8.000.100	100%	14.021	12.261	12.261	(1.551)	(1.551)
Tietê Inova	74.430.997	100%	82.690	78.961	83.352	(1.749)	(936)
Boa Hora 1	7.586.395.435	100%	75.864	89.726	93.546	3.067	3.025
Boa Hora 2	7.903.933.876	100%	79.039	86.418	90.238	3.162	3.120
Boa Hora 3	11.553.845.402	100%	115.538	122.257	126.078	2.624	2.582
AGV Solar IV	99.000.500	100%	76.520	74.528	78.911	(200)	(247)
AGV Solar V	100.518.058	100%	100.518	98.357	102.740	(20)	(66)
AGV Solar VI	102.919.171	100%	102.919	99.207	103.590	253	207
Tucano F5	167.174.414	100%	13.051	13.047	13.047	(2)	(2)
AES Tucano Holding I	651.647.997	100%	80.813	81.901	83.541	392	1.348
AES Tucano Holding II	703.781.048	100%	109.158	108.393	108.393	(248)	(248)
Ventus Holding	169.458.024	100%	169.458	166.789	166.789	(914)	(914)
Brasventos Eolo	137.021.678	51%	101.236	103.511	52.791	(105)	(105)
Brasventos Miassaba 3	101.236.380	51%	137.022	141.590	72.211	(644)	(644)
Rei dos Ventos 3	93.594.593	51%	93.595	95.283	48.594	(202)	(202)
<b>Total</b>				<b>3.583.173</b>	<b>3.447.026</b>	<b>20.978</b>	<b>22.482</b>

- (i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 12) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro (prejuízo) líquido ajustado”.

Em 31 de março de 2021, as informações contábeis intermediárias consolidadas dos empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) estão apresentadas abaixo:

	Consolidado Tucano H. III
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	23.256
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	120.241
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>143.497</b>
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	7.785
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	14.153
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.559
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>143.497</b>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	61

## Notas Explicativas

### 12. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora				
31.03.2021				31.12.2020
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	411.781	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.932.388	(2.121.575)	810.813
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,9%	672.977	(511.199)	161.778
Máquinas e equipamentos	3,7%	2.170.262	(987.544)	1.182.718
Veículos	14,3%	9.685	(6.267)	3.418
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.256	(4.601)	2.655
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>6.204.349</b>	<b>(3.631.186)</b>	<b>2.573.163</b>
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		49.203	-	49.203
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>6.255.651</b>	<b>(3.631.186)</b>	<b>2.624.465</b>
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	8.170	(1.867)	6.303
<b>Total Imobilizado</b>		<b>6.263.821</b>	<b>(3.633.053)</b>	<b>2.630.768</b>

Consolidado				
31.03.2021				31.12.2020
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	414.284	-	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.932.388	(2.121.575)	810.813
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,9%	754.090	(523.202)	230.888
Máquinas e equipamentos	3,6%	5.700.508	(1.402.165)	4.298.343
Veículos	14,3%	9.686	(6.267)	3.419
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.336	(4.608)	2.728
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>9.818.292</b>	<b>(4.057.817)</b>	<b>5.760.475</b>
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		152.276	-	152.276
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>9.972.667</b>	<b>(4.057.817)</b>	<b>5.914.850</b>
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	8.698	(1.993)	6.705
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	79.574	(4.925)	74.649
<b>Total Imobilizado</b>		<b>10.060.939</b>	<b>(4.064.735)</b>	<b>5.996.204</b>

(i) Principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétrica e novos projetos de geração distribuída e eólicos, incluindo adiamento a fornecedor referente a pagamento inicial para montagem dos aerogeradores no Complexo Eólico Tucano. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 31 de março de 2021 representa um montante de R\$67.967, líquido de depreciação.

## Notas Explicativas

### (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2021 é como segue:

	Controladora					Saldo em 31 de março de 2021
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	
Terrenos	411.781	–	–	–	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.932.388	–	–	–	–	2.932.388
Edificações, obras civis e benfeitorias	672.977	–	–	–	–	672.977
Máquinas e equipamentos	2.165.506	–	(187)	4.943	–	2.170.262
Veículos	9.371	–	–	314	–	9.685
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.256	–	–	–	–	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	2.099
Em curso	40.211	13.036	0	(5.257)	1.213	49.203
Direito de uso de sede administrativa	8.170	–	–	–	–	8.170
<b>Subtotal</b>	<b>6.249.759</b>	<b>13.038</b>	<b>(187)</b>	<b>–</b>	<b>1.213</b>	<b>6.263.821</b>
Depreciação/Amortização	(3.590.520)	(42.578)	45	–	–	(3.633.053)
<b>Total líquido</b>	<b>2.659.239</b>	<b>(29.540)</b>	<b>(142)</b>	<b>–</b>	<b>1.213</b>	<b>2.630.768</b>

	Consolidado							
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Ativos disponíveis para venda	Saldo em 31 de março de 2021
Terrenos	414.284	–	–	–	–	–	–	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.932.388	–	–	–	–	–	–	2.932.388
Edificações, obras civis e benfeitorias	754.090	–	–	–	883	–	(883)	754.090
Máquinas e equipamentos (ii)	5.730.334	(106)	–	(10.617)	10.528	–	(29.631)	5.700.508
Veículos	9.371	–	–	–	315	–	–	9.686
Móveis e utensílios e outros	7.336	–	–	–	–	–	–	7.336
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	–	–	2.099
Imobilizado em curso	168.288	34.569	–	–	(11.726)	2.997	(41.852)	152.276
Direito de uso de sede administrativa	8.698	–	–	–	–	–	–	8.698
Direito de uso de terreno arrendado	80.178	4.620	–	–	–	–	(5.224)	79.574
<b>Subtotal</b>	<b>10.107.066</b>	<b>39.083</b>	<b>–</b>	<b>(10.617)</b>	<b>–</b>	<b>2.997</b>	<b>(77.590)</b>	<b>10.060.939</b>
Depreciação/Amortização	(3.985.433)	(84.371)	(281)	3.500	–	–	1.850	(4.064.735)
<b>Total líquido</b>	<b>6.121.633</b>	<b>(45.288)</b>	<b>(281)</b>	<b>(7.117)</b>	<b>–</b>	<b>2.997</b>	<b>(75.740)</b>	<b>5.996.204</b>

### (c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Concessão	2.576.988	2.605.234	2.576.988	2.605.234
Autorizações	45.378	45.378	3.335.763	3.431.519
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
<b>Total</b>	<b>2.624.465</b>	<b>2.652.711</b>	<b>5.914.850</b>	<b>6.038.852</b>

### 13. INTANGÍVEL

	Controladora				
	31.03.2021				31.12.2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(21.133)	961.723	946.957
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(49.485)	23.689	24.212
Software e outros intangíveis	20,1%	65.673	(42.654)	23.019	23.522
		<b>1.121.703</b>	<b>(113.272)</b>	<b>1.008.431</b>	<b>994.691</b>

	Consolidado				
	31.03.2021				31.12.2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(21.133)	961.723	946.957
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(49.485)	23.689	24.212
Direitos contratuais de solares (iii)	4,9%	135.871	(19.653)	116.218	117.867
Direito de exploração de autorização (iv)	3,0%	24.421	(2.325)	22.096	22.282
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,4%	19.073	(2.357)	16.716	16.876
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	2,9%	63.523	(1.966)	61.557	62.011
Direitos contratuais de geração distribuída (vii)	3,2%	–	–	–	8.349
Direitos contratuais Ventus (vii)	5,0%	14.256	(1.907)	12.349	13.779
Software e outros intangíveis (vii)	20,1%	75.523	(43.384)	32.139	31.857
		<b>1.388.697</b>	<b>(142.210)</b>	<b>1.246.487</b>	<b>1.244.190</b>

(i) Refere-se à extensão de concessão registrada pela Companhia em dezembro de 2020. Em 09 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei nº14.052/2020 que regulamentou os termos e condições para repactuação do risco não hidrológico causado pelo GSF. A lei ofereceu aos geradores uma prorrogação da concessão para compensar impactos anteriores não hidrológicos do GSF cobrados entre março de 2012 até agosto de 2019. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a Companhia constituiu um novo montante, no valor de R\$35.899, totalizando R\$982.856. Vide nota 2.

(ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

## Notas Explicativas

- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora e Guaimbê, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.
- (vii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) do Complexo Eólico Ventus, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.

Os valores dos itens (iii) a (vii) acima foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

A movimentação do intangível no trimestre findo em 31 de março de 2021 é como segue:

	Controladora				Total
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		
			Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	946.957	24.212	10.412	13.110	994.691
Adições	35.899	–	495	–	36.394
Amortizações	(21.133)	(523)	–	(998)	(22.654)
Transferências	–	–	(1.995)	1.995	–
Saldo em 31 de março de 2021	961.723	23.689	8.912	14.107	1.008.431

	Consolidado								Total
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		
							Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	946.957	24.212	139.995	22.282	16.876	62.011	20.070	11.787	1.244.190
Adições	35.899	–	–	–	–	–	1.729	–	37.628
Ativos disponíveis para venda (nota 10)	–	–	(8.278)	–	–	–	(94)	(233)	(8.605)
Amortizações	(21.133)	(523)	(3.150)	(186)	(160)	(454)	–	(1.120)	(26.726)
Transferências	–	–	–	–	–	–	(2.094)	2.094	–
Saldo em 31 de março de 2021	961.723	23.689	128.567	22.096	16.716	61.557	19.611	12.528	1.246.487

## Notas Explicativas

### 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)	–	1.308.698	–	1.308.698
Energia elétrica comprada para revenda	28.414	61.993	30.616	64.009
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas - (nota 29)	–	3.029	–	–
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	10.097	10.201	12.128	12.274
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	3.269	3.254	3.269	3.254
<b>Subtotal</b>	<b>41.780</b>	<b>1.387.175</b>	<b>46.013</b>	<b>1.388.235</b>
Materiais e Serviços	20.252	41.228	68.767	84.433
Materiais e Serviços - partes relacionadas (nota 29)	7.143	136	7.143	137
<b>Total</b>	<b>69.175</b>	<b>1.428.539</b>	<b>121.923</b>	<b>1.472.805</b>

(i) Em 07 de janeiro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento da liquidação financeira da CCEE de seus débitos oriundos do GSF, no valor de R\$1.308.698.

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 19 cartas de fiança, no valor total de R\$8.085 e 42 seguros garantia, no valor de R\$114.561, totalizando uma importância segurada de R\$122.646, com custo de 0,35% a 3,00% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

### 15. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>				
Imposto de renda	24.920	–	27.944	2.902
Contribuição social	9.181	–	11.117	1.873
<b>Total</b>	<b>34.101</b>	<b>–</b>	<b>39.061</b>	<b>4.775</b>
<b>Outros tributos a pagar</b>				
INSS	2.398	2.530	2.757	2.984
PIS e Cofins	11.718	7.415	13.753	9.491
ICMS	2.834	3.012	3.059	3.328
Outros	3.825	1.672	4.905	2.281
<b>Total</b>	<b>20.775</b>	<b>14.629</b>	<b>24.474</b>	<b>18.084</b>

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Inova, Tietê Inova I, Tietê Inova II, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II, Tucano Holding III, Ventus Holding e as SPEs de Tucano são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa.

Por sua vez, as controladas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Tietê Inova, Guaimbê Holding, Tucano Holding I, Tucano Holding II e Tucano Holding III precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPEs dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II, Guaimbê e Ventus (Brasventos EOLO, Brasventos Miassaba 3 e Rei dos Ventos 3) é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

## Notas Explicativas

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

16.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		Controladora								
		31.03.2021								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
<b>Debêntures</b>										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	3.899	–	(1.131)	2.768	213.563	(1.495)	212.068	214.836
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	11.205	–	(449)	10.756	371.783	(790)	370.993	381.749
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	3.036	375.000	(1.524)	376.512	375.000	(727)	374.273	750.785
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.731	15.743	(1.396)	19.078	201.162	(8.129)	193.033	212.111
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	2.254	–	(415)	1.839	1.380.000	(2.234)	1.377.766	1.379.605
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.536	–	(2.605)	(1.069)	699.728	(23.364)	676.364	675.295
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	429	–	(725)	(296)	195.274	(6.557)	188.717	188.421
<b>Subtotal</b>			<b>27.090</b>	<b>390.743</b>	<b>(8.245)</b>	<b>409.588</b>	<b>3.436.510</b>	<b>(43.296)</b>	<b>3.393.214</b>	<b>3.802.802</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>										
4ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 3,80%	8.726	175.000	(13)	183.713	–	–	–	183.713
5ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,29%	8.933	175.000	(43)	183.890	–	–	–	183.890
6ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,41%	7.575	150.000	(65)	157.510	–	–	–	157.510
<b>Subtotal</b>			<b>25.234</b>	<b>500.000</b>	<b>(121)</b>	<b>525.113</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>525.113</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	–	–	–	–	658.150	–	658.150	658.150
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	–	–	–	–	811.198	–	811.198	811.198
<b>Subtotal</b>			<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.469.348</b>	<b>–</b>	<b>1.469.348</b>	<b>1.469.348</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>52.324</b>	<b>890.743</b>	<b>(8.366)</b>	<b>934.701</b>	<b>4.905.858</b>	<b>(43.296)</b>	<b>4.862.562</b>	<b>5.797.263</b>

## Notas Explicativas

		Consolidado								
		31.03.2021								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>										
<b>Debêntures</b>										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	3.899	–	(1.131)	2.768	213.563	(1.495)	212.068	214.836
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	11.205	–	(449)	10.756	371.783	(790)	370.993	381.749
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	3.036	375.000	(1.524)	376.512	375.000	(727)	374.273	750.785
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.731	15.743	(1.396)	19.078	201.162	(8.129)	193.033	212.111
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	2.254	–	(415)	1.839	1.380.000	(2.234)	1.377.766	1.379.605
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.536	–	(2.605)	(1.069)	699.728	(23.364)	676.364	675.295
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	429	–	(725)	(296)	195.274	(6.557)	188.717	188.421
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	1.476	25.758	(101)	27.133	44.004	(800)	43.204	70.337
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	1.552	15.047	(188)	16.411	55.887	(1.107)	54.780	71.191
<b>Subtotal</b>			<b>30.118</b>	<b>431.548</b>	<b>(8.534)</b>	<b>453.132</b>	<b>3.536.401</b>	<b>(45.203)</b>	<b>3.491.198</b>	<b>3.944.330</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>										
4ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 3,80%	8.726	175.000	(13)	183.713	–	–	–	183.713
5ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,29%	8.933	175.000	(43)	183.890	–	–	–	183.890
6ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,41%	7.575	150.000	(65)	157.510	–	–	–	157.510
BNDES	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	682	26.542	–	27.224	201.274	–	201.274	228.498
<b>Subtotal</b>			<b>25.916</b>	<b>526.542</b>	<b>(121)</b>	<b>552.337</b>	<b>201.274</b>	<b>–</b>	<b>201.274</b>	<b>753.611</b>
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	–	–	–	–	658.150	–	658.150	658.150
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	–	–	–	–	811.198	–	811.198	811.198
<b>Subtotal</b>			<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.469.348</b>	<b>–</b>	<b>1.469.348</b>	<b>1.469.348</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>56.034</b>	<b>958.090</b>	<b>(8.655)</b>	<b>1.005.469</b>	<b>5.207.023</b>	<b>(45.203)</b>	<b>5.161.820</b>	<b>6.167.289</b>

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

## Notas Explicativas

### 16.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.777.742</u>	<u>517.573</u>	<u>592.009</u>	<u>4.887.324</u>	<u>3.914.131</u>	<u>752.742</u>	<u>592.009</u>	<u>5.258.882</u>
Ingressos	–	–	800.000	800.000	–	–	800.000	800.000
Encargos financeiros	39.124	6.166	2.827	48.117	41.706	10.063	2.827	54.596
Variação monetária	40.332	–	–	40.332	43.642	–	–	43.642
Pagamento de principal	–	–	–	–	–	(6.635)	–	(6.635)
Pagamento de encargos financeiros	(56.276)	–	(2.875)	(59.151)	(56.276)	(3.933)	(2.875)	(63.084)
Diferimento custos de transação	–	–	–	–	(825)	–	–	(825)
Amortização custos de transação	1.880	1.374	–	3.254	1.952	1.374	–	3.326
Saldo em 31 de março de 2021	<u>3.802.802</u>	<u>525.113</u>	<u>1.469.348</u>	<u>5.797.263</u>	<u>3.944.330</u>	<u>753.611</u>	<u>1.469.348</u>	<u>6.167.289</u>

## Notas Explicativas

### 16.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
Controladora	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	213.563	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	6ª Emissão (2ª série)	317.620	15/4/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	371.783	Abril de 2023 Abril de 2024	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
Controladora	7ª Emissão (2ª série)	750.000	15/2/2018	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	750.000	Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/5/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	216.905	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
Controladora	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	2.200.000	15/3/2019	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.380.000	Março de 2026 Março de 2027	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
	9ª Emissão Debêntures (2ª série)			IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	699.728	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbê e AGV
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	195.274	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	
Controladora	4ª Emissão de notas promissórias	175.000	3/4/2020	CDI + 2,80%	Única	Única	175.000	Abril de 2021	Reforço de capital de giro
Controladora	5ª Emissão de notas promissórias	175.000	8/4/2020	CDI + 3,00%	Única	Única	175.000	Abril de 2021	Reforço de capital de giro
Controladora	6ª Emissão de notas promissórias	150.000	13/4/2020	CDI + 3,00%	Única	Única	150.000	Abril de 2021	Reforço de capital de giro
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	69.762	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			70.934		
Controladora	Scotiabank 4131 (1ª série)	600.000 USD 116.122	29/12/2020	USD + 1,63%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	658.150	Dezembro de 2025	Reforço de capital de giro
Controladora	Scotiabank 4131 (2ª série)	800.000 USD 138.169	31/3/2021	USD + 1,78%	Semestral	Março 2025 e Março 2026	811.198	Março de 2026	Reforço de capital de giro
Complexo Ventus	BNDES	235.169	3/10/2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	227.816	Outubro de 2029	Financiamento dos parques do Complexo Ventus

(i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2021, foi aprovada a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, no valor total de R\$800.000, sem garantias e prazo de 5 anos, sendo 75% pago no final do 4º ano e 25% ao final do 5º ano. Taxa fixa em dólar de USD + 1,78% a.a. equivalente a até CDI + 1,48% a.a., devido a operação de swap contratado. Vide nota explicativa nº 30.1.

## Notas Explicativas

### 16.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020		31.03.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda nacional</b>								
CDI	2.660.524	45,49	2.669.710	54,02	2.660.524	42,77	2.669.710	50,23
IPCA	1.719.053	29,39	1.680.521	34,00	1.862.777	29,94	1.818.353	34,21
TJLP	—	—	—	—	228.498	3,67	235.169	4,42
<b>Moeda estrangeira</b>								
Dólar	1.469.348	25,12	592.009	11,98	1.469.348	23,62	592.009	11,14
<b>Total</b>	<b>5.848.925</b>	<b>100,00</b>	<b>4.942.240</b>	<b>100,00</b>	<b>6.221.147</b>	<b>100,00</b>	<b>5.315.241</b>	<b>100,00</b>

### 16.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora				Consolidado				
	Debêntures	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total
2022	123.691	—	(6.022)	117.669	160.203	19.907	—	(6.445)	173.665
2023	685.748	—	(6.874)	678.874	709.381	26.542	—	(7.368)	728.555
2024	205.133	334.674	(6.440)	533.367	226.619	26.542	334.674	(6.935)	580.900
2025	20.408	934.674	(6.916)	948.166	38.668	26.542	934.674	(7.410)	992.474
2026	712.157	200.000	(7.118)	905.039	712.157	26.542	200.000	(7.118)	931.581
2027 em diante	1.689.373	—	(9.926)	1.679.447	1.689.373	75.199	—	(9.927)	1.754.645
	<b>3.436.510</b>	<b>1.469.348</b>	<b>(43.296)</b>	<b>4.862.562</b>	<b>3.536.401</b>	<b>201.274</b>	<b>1.469.348</b>	<b>(45.203)</b>	<b>5.161.820</b>

### 16.6 Variação dos indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	31.03.2021	31.12.2020
CDI (índice do último dia útil do período)	2,65%	1,90%
TJLP (índice do último dia útil do período)	4,39%	4,87%
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	6,10%	4,52%
Dólar (índice do último dia útil do período)	5,70	5,19

## Notas Explicativas

### 16.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas acompanham seus *covenants* qualitativos, conforme definidos, nos mesmos contratos.

Em 31 de março de 2021, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Emissões - AES Tietê Energia S.A.	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/03/2021
5ª e 6ª Emissões de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 3,5x$ ou $\leq 3,85x$ em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro	2,07x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,5x$	9,86x
7ª Emissão de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,0x$ , sendo que em caso de Evento de Investimento (ii) pela emissora, o índice assume os seguintes limites: (a) $\leq 4,5x$ durante o período de 12 meses; (b) $\leq 4,25x$ do 13º ao 24º mês; e (c) $\leq 4,0x$ até a data de vencimento	2,07x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	9,86x
8ª Emissão de debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPEs do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida da 8ª Emissão da Companhia. A periodicidade da verificação deste índice é anual, com base nas demonstrações contábeis dessas SPEs e da Companhia.	ICSD: $\geq 1,2x$	1,44
9ª Emissão de debêntures	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,07x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	9,86x
4ª Emissão de notas promissórias	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,07x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	9,86x
5ª Emissão de notas promissórias	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,07x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	9,86x
6ª Emissão de notas promissórias	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,07x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	9,86x
Scotiabank 4131	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,07x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	9,86x
Emissões - Complexo Eólico Alto Sertão II	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/03/2021
1ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	3,21 (iii)

## Notas Explicativas

Emissões - Complexo Eólico Ventus	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/03/2021
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	1,63
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	3,02
Rio dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	1,37

- (i) **EBITDA ajustado:** significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha "Resultado antes dos tributos sobre o lucro" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado pró-forma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.
- (ii) **Evento de investimento:** Significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.
- (iii) **Condições Restritivas:** A controlada indireta Tietê Eólica possui debênture de infraestrutura com cláusulas de condições restritivas, tais como não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima do dividendo mínimo obrigatório, que representa 1% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) preenchidas as contas pagamento debêntures, contas reservas de debêntures e O&M; (ii) atingido o ICSD mínimo de 1,30 vez; (iii) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida; (iv) verificação do *completion* físico LER 2010 e *completion* Físico LEN 2011 e (v) *completion* financeiro do Projeto.

## 17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.982	88.211
Ingressos	–	4.620
Encargos financeiros	482	2.126
Pagamento de encargos financeiros	(481)	(1.816)
Pagamento de principal	(212)	(1.648)
Ativos disponíveis para venda (nota 10)	–	(5.134)
Saldo em 31 de março de 2021	20.771	86.359

## Notas Explicativas

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>CIRCULANTE</b>		
2021	664	1.154
2022	238	507
<b>Subtotal</b>	<b>902</b>	<b>1.661</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
2022	723	1.313
2023	1.039	2.044
2024	1.132	2.231
2025	1.233	2.435
2026 em diante	15.742	76.675
<b>Subtotal</b>	<b>19.869</b>	<b>84.698</b>
<b>Total</b>	<b>20.771</b>	<b>86.359</b>

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$7.290 e R\$6.804, totalizando R\$14.094 (nota explicativa nº 29). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 10,08% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

## 18 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### 18.1 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	611.446	609.194
Valor justo dos ativos do plano	(488.968)	(488.968)
<b>Subtotal passivo (ativo) registrado com previdência privada</b>	<b>122.478</b>	<b>120.226</b>
Valor presente das obrigações atuariais	11.561	11.187
<b>Subtotal passivo (ativo) registrado com programa de incentivo à aposentadoria</b>	<b>11.561</b>	<b>11.187</b>
<b>Total das obrigações com benefícios pós-emprego</b>	<b>134.039</b>	<b>131.413</b>

## Notas Explicativas

### 18.2 Movimentações do passivo registrado

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	131.413	89.001
Despesa do período da obrigação com previdência privada	2.251	(11.105)
Despesa do período da obrigação com PIA	375	–
Remensuração da obrigação com previdência privada	–	54.168
Remensuração da obrigação com PIA	–	2.601
Pagamentos de contribuições	–	(3.252)
Saldo no final do período	134.039	131.413

## 19. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

### 19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhista (a)	2.328	2.275	134	138	2.328	2.275	134	138
Meio ambiente (b)	2.599	2.612	–	–	2.599	2.612	–	–
Regulatório (c)	50.102	47.184	–	–	50.102	47.184	–	–
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.063	6.053	–	–	6.063	6.053	–	–
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	16.185	16.114	16.261	16.191	16.185	16.114	16.261	16.191
Cível (e)	4.450	4.257	–	–	4.450	4.257	–	–
<b>Total</b>	<b>81.727</b>	<b>78.495</b>	<b>16.395</b>	<b>16.329</b>	<b>81.727</b>	<b>78.495</b>	<b>16.395</b>	<b>16.329</b>
Circulante	4.035	3.894			4.035	3.894		
Não Circulante	77.692	74.601			77.692	74.601		
<b>Total</b>	<b>81.727</b>	<b>78.495</b>			<b>81.727</b>	<b>78.495</b>		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$17.641 em 31 de março de 2021 (R\$17.565 em 31 de dezembro de 2020), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado							
	31.03.2021				31.12.2020			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	134	157	1.048	1.339	138	166	1.031	1.335
Fiscal	16.261	–	–	16.261	16.191	–	–	16.191
Cível	–	–	41	41	–	–	39	39
<b>Total</b>	<b>16.395</b>	<b>157</b>	<b>1.089</b>	<b>17.641</b>	<b>16.329</b>	<b>166</b>	<b>1.070</b>	<b>17.565</b>

## Notas Explicativas

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Consolidado					Total
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.275	2.612	47.184	22.167	4.257	78.495
Provisão	206	(13)	–	–	–	193
Atualização monetária	38	–	2.918	81	193	3.230
Reversão de provisão (c)	(57)	–	–	–	–	(57)
Pagamentos (e)	(134)	–	–	–	–	(134)
Saldo em 31 de março de 2021	2.328	2.599	50.102	22.248	4.450	81.727

- (a) **Trabalhistas:** Existem 84 processos (89 em 31 de dezembro de 2020) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 17 processos (16 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de março de 2021, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$2.328 (R\$2.275 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 105 processos (106 em 31 de dezembro de 2020) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 96 demandas (97 em 31 de dezembro de 2020), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.599 (R\$2.612 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (c) **Regulatório:** Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam

## Notas Explicativas

juízo. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 31 de março de 2021 corresponde a R\$50.102 (R\$47.184 Em 31 de março de 2021 e 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$133.714 (R\$133.515 em 31 de dezembro de 2020) envolvidos na discussão, R\$6.063 (R\$6.053 em 31 de dezembro de 2020) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2022.

(d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2021, corresponde a R\$16.185 (R\$16.114 Em 31 de março de 2021 e 2020) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$16.261 (R\$16.191 Em 31 de março de 2021 e 2020). Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

### 19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	10.243	9.836	203.400	71.339
Regulatório (c)	54.369	51.344	54.369	51.344
Fiscal (d)	684.460	682.222	684.460	682.222
<b>Total</b>	<b>749.072</b>	<b>743.402</b>	<b>942.229</b>	<b>804.905</b>

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

(a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avandava, e possuem valor de

## Notas Explicativas

causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

- (b) Cível:

## Notas Explicativas

(b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a Companhia tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.9.

(b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$10.243, atualizado até 31 de março de 2021 (R\$9.836 Em 31 de março de 2021 e 2020).

(b.3) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 18.1(e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração, os quais encontram-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de R\$8.243, atualizado até 31 de março de 2021 (R\$7.827 Em 31 de março de 2021 e 2020).

(b.4) Em outubro de 2019, teve início a arbitragem movida pelos fornecedores de painéis fotovoltaicos da construção do Complexo Solar Guaimbê em face da Cobra do Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra do Brasil") e as SPEs do Complexo Solar Guaimbê. Em maio de 2017, as partes assinaram contrato de fornecimento de painéis fotovoltaicos às SPEs. Em razão do descumprimento de condições do contrato de fornecimento, as SPEs retiveram 10% do valor total do contrato, no valor de R\$28.497 e, em outubro de 2018, a Cobra do Brasil executou a garantia de performance no total de R\$28.497, em face das Guaimbês. Pela arbitragem, os fornecedores objetivam a cobrança de R\$54.090, sendo (i) R\$27.045 referente às multas aplicadas pelas SPEs pelas entregas atrasadas e (ii) R\$27.045 referente ao ressarcimento da garantia de performance de US\$5.204. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da Cobra do Brasil, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

(b.5) Processo Aneel: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 66.450, atualizado até 31 de março de 2021, em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos

## Notas Explicativas

interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda. Prognóstico de perda: Possível.

(c) Regulatório:

(c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em Maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a Companhia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 31 de dezembro de 2020, o montante em discussão totaliza a importância de R\$54.369. (R\$51.344 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$126.600 de um total de R\$132.663 (R\$127.465 de um total de R\$133.515 Em 31 de março de 2021 e 2020). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 31 de março de 2021 em R\$50.902. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2022. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2022.

(d.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$161.259 atualizado até 31 de março de 2021 (R\$160.904 Em 31 de março de 2021 e 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para

## Notas Explicativas

- 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela Companhia em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Companhia. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.
- (d.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 31 de março de 2021 é de R\$9.633 (R\$9.611 Em 31 de março de 2021 e 2020).
- (d.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a Companhia, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a Companhia interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da Companhia, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a Companhia apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2021 é de R\$20.479 (R\$20.440 Em 31 de março de 2021 e 2020).
- (d.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$326.687 atualizado até 31 de março de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das

## Notas Explicativas

incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a Companhia verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 326.687 R\$ 94.244 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$232.443 atribuíveis à Companhia. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a Companhia notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da Companhia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A Companhia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da Companhia, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.

- (d.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$105.568 atualizado até 31 de março de 2021 (R\$105.180 Em 31 de março de 2021 e 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 à 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a Companhia discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à Companhia e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a Companhia opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2021 é de R\$8.906.

### 19.3 Outros processos - Rebaixamento Hidrelétrico (Generation Scaling Factor - GSF)

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação no âmbito da Ação Judicial, entre elas a Companhia. Em 07 de fevereiro de 2018, a ação judicial foi julgada improcedente em 1ª instância e, conseqüentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, julgados em 16 de fevereiro de 2018, preservando os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01 de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância.

Em 20 de fevereiro de 2018, a ANEEL opôs embargos de declaração, com o objetivo de reformar a parcela da decisão que restabeleceu os efeitos de liminar. Em 06 de março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos embargos de declaração da ANEEL e, conseqüentemente, manteve os efeitos da liminar favorável à APINE. A ANEEL apelou da decisão de 1ª instância, buscando, através de pedido liminar, cancelar a decisão que manteve os efeitos da liminar em favor da APINE (no período de 07 de janeiro de 2015 a 07 de fevereiro de 2018).

Em 30 de abril de 2018, o Tribunal negou o pedido da ANEEL. A APINE, por sua vez, também apelou da decisão de 1ª instância, pleiteando, dentre outros pedidos, que os efeitos da liminar não se restringissem a 07 de fevereiro de 2018, mas sim até o julgamento final em 2ª instância.

## Notas Explicativas

Em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial.

A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença. Na prática, esta decisão permite que os valores de GSF em aberto correspondentes ao período posterior a fevereiro de 2018 passem ser liquidados pela CCEE. Com relação ao mérito da discussão, aguarda-se o julgamento das apelações interpostas pela ANEEL e APINE.

Em setembro de 2020 foi publicada a Lei a qual concedeu a oportunidade para as geradoras hidrelétricas litigantes apresentarem pedido de desistência da ação. Em contrapartida as geradoras receberiam uma extensão no contrato de concessão, a qual será regulamentada oportunamente. Em virtude do acima explanado, em 23 de dezembro de 2020, a AES Tietê Energia protocolou petição de desistência da ação, com renúncia do direito sobre o qual se funda. Tal desistência ficou condicionada à homologação das negociações por parte da ANEEL. Além disso, a referida negociação determinava o depósito dos valores. Sendo assim, em 06 de janeiro de 2021, a AES Tietê Energia efetuou o pagamento no valor R\$1.308.697. Após a homologação da ANEEL, a discussão estará definitivamente encerrada e o processo extinto.

Em março de 2021, a ANEEL avaliou os resultados e programou a homologação dos valores atualizados e disponibilizados pela CCEE para a 10ª Reunião de Diretoria em 30 de março de 2021. Porém, em avaliação de pedidos de reconsideração de determinados agentes, a Diretoria da ANEEL entendeu que o ressarcimento do risco não hidrológico também deveria ser considerado para usinas no período prévio à repactuação do ACR (Lei nº 13.203/2015). Dessa forma, decidiu-se postergar o processo de homologação para que a CCEE reprocessasse o cálculo e publique os valores atualizados para homologação considerando a decisão supracitada. Como consequência desse processo, houve uma postergação da referida homologação, não havendo outros impactos para a Companhia, uma vez que não há nenhuma usina que tenha repactuado o risco para o ACR, dada a comercialização exclusivamente no ACL.

### Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	7	191.861	0,34 a 2,80%
Trabalhista	1	787	0,28%
Cível	2	65.561	0,35%
	<b>10</b>	<b>258.209</b>	

## 20. ENCARGOS SETORIAIS

## Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	7.369	8.264	7.369	8.264
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	7.041	9.557	7.041	9.557
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	648	644	648	644
Ministério de minas e energia	324	322	324	322
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	1.207	667	1.207	667
Taxa de fiscalização ANEEL	731	679	970	909
<b>Subtotal</b>	<b>17.320</b>	<b>20.133</b>	<b>17.559</b>	<b>20.363</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	8.904	7.124	8.904	7.124
<b>Subtotal</b>	<b>8.904</b>	<b>7.124</b>	<b>8.904</b>	<b>7.124</b>
<b>Total</b>	<b>26.224</b>	<b>27.257</b>	<b>26.463</b>	<b>27.487</b>

## 21. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>Obrigações de aquisições</b>				
Obrigações de aquisições (i)	228.869	249.635	228.869	249.635
<b>Subtotal</b>	<b>228.869</b>	<b>249.635</b>	<b>228.869</b>	<b>249.635</b>
<b>Outras obrigações</b>				
Ressarcimento passivo (ii)	—	—	97.214	101.000
Participação nos lucros e resultados	4.552	13.180	4.567	13.218
Férias	9.232	9.814	9.255	9.978
Encargos sociais sobre férias e gratificações	3.696	3.461	3.706	3.472
Meio ambiente	1.984	1.955	2.368	2.327
Obrigações especiais	406	406	406	406
Ajuste financeiro MCSD	—	—	—	467
Bônus	505	6.241	505	6.241
Passivo de arrendamento	902	876	1.661	1.884
Demais obrigações	5.855	2.338	8.741	10.370
<b>Subtotal</b>	<b>27.132</b>	<b>38.271</b>	<b>128.423</b>	<b>149.363</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Obrigações de aquisições e outras obrigações</b>				
Provisões para desmobilização (nota 12)	—	—	71.853	71.509
Obrigações de aquisições (i)	35.728	48.082	35.728	48.082
Ressarcimento passivo (ii)	—	—	42.022	26.173
Meio ambiente	9.702	9.519	10.051	9.980
Derivativos - Swap (nota 30.1)	15.776	8.039	15.776	8.039
Obrigações especiais	1.684	1.785	1.684	1.785
Demais obrigações	804	608	4.827	4.258
<b>Subtotal</b>	<b>63.694</b>	<b>68.033</b>	<b>181.941</b>	<b>169.826</b>
<b>Total</b>	<b>319.695</b>	<b>355.939</b>	<b>539.233</b>	<b>568.824</b>

(i) No passivo circulante, o montante atualizado de R\$228.869, refere-se à parcela da contraprestação transferida a ser paga pela aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, no

## Notas Explicativas

montante de R\$8.879 e do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$219.990. Nas obrigações de aquisições do passivo não circulante, do valor total de R\$35.728, R\$13.329 refere-se à aquisição do Complexo Alto Sertão II, R\$2.132 refere-se à aquisição Complexo Eólico Tucano e R\$20.267 refere-se à aquisição do Complexo Eólico Ventus.

- (ii) Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos tendo como contrapartida a rubrica de "Receita operacional".

## Notas Explicativas

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	31.03.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Brasil Energia S.A.	786.265.133	100,00	—	—
AES Holdings Brasil S.A.	—	—	484.391.716	61,61
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	78.926.308	10,04
BNDESPar	—	—	39.557.329	5,03
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	—	—	30.165.523	3,84
Outros	—	—	153.224.257	19,48
<b>Ações ordinárias em circulação</b>	<b>786.265.133</b>	<b>100,00</b>	<b>786.265.133</b>	<b>100,00</b>
Ações em tesouraria	3	—	3	—
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>786.265.136</b>	<b>100,00</b>	<b>786.265.136</b>	<b>100,00</b>
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Brasil Energia S.A.	1.209.267.468	100,00	—	—
AES Holdings Brasil S.A.	—	—	1.562.372	0,13
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	315.705.232	26,11
BNDESPar	—	—	158.215.607	13,08
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	—	—	120.662.092	9,98
Outros	—	—	613.122.165	50,70
<b>Ações preferenciais em circulação</b>	<b>1.209.267.468</b>	<b>100,00</b>	<b>1.209.267.468</b>	<b>100,00</b>
Ações em tesouraria	12	—	12	—
<b>Total das ações preferenciais</b>	<b>1.209.267.480</b>	<b>100,00</b>	<b>1.209.267.480</b>	<b>100,00</b>
<b>Total das ações</b>	<b>1.995.532.616</b>		<b>1.995.532.616</b>	

## Notas Explicativas

### 22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020
<b>Reservas de capital:</b>		
Reserva especial de ágio na incorporação	128.609	128.609
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	3.942	3.790
Resultado na alienação de ações em tesouraria	264	264
<b>Subtotal</b>	<b>142.220</b>	<b>142.068</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	615.976	629.890
Plano de previdência privada - perda atuarial, líquido de impostos	(86.277)	(86.277)
Programa de incentivo a aposentadoria	(1.717)	(1.717)
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	(56.182)	–
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(7.478)	(9.001)
<b>Subtotal</b>	<b>464.322</b>	<b>532.895</b>
<b>Reservas de lucro:</b>		
Reserva legal	94.921	94.921
Dividendos intermediários	–	7.942
Reserva de investimentos	16.873	16.873
<b>Subtotal</b>	<b>111.794</b>	<b>119.736</b>
<b>Total</b>	<b>718.336</b>	<b>794.699</b>

## 23. RESULTADO POR AÇÃO

### 23.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para o trimestre findo em 31 de março de 2021.

	Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020
<b>Numerador:</b>		
Resultado líquido do período	92.978	75.319
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	786.265	786.285
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.209.267	1.209.267
<b>Denominador ajustado</b>		
Denominador para lucro básico por ação	1.995.532	1.995.552
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.995.532	1.995.552
<b>Resultado básico por ação (R\$ por ação)</b>		
Resultado básico por ação ordinária	0,04659	0,03774
Resultado básico por ação preferencial	0,04659	0,03774
Resultado básico por Unit	0,23297	0,18872

### Resultado atribuível aos acionistas:

## Notas Explicativas

	31.03.2021	31.03.2020
Ordinárias	36.635	29.677
Preferenciais	56.343	45.642
<b>Total</b>	<b>92.978</b>	<b>75.319</b>

### 24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2021		31.03.2020		31.03.2021		31.03.2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.842.442	492.760	2.774.206	462.666	2.871.554	493.921	2.779.823	463.811
Mercado de curto prazo								
MRE	181.847	1.479	354.370	4.955	181.847	1.479	354.370	4.955
SPOT	7.529	4.489	17.405	17.900	7.954	4.706	17.405	17.900
Outros	–	7.859	–	3.990	–	9.873	–	5.427
Contratos de energia eólicos	–	–	–	–	129.999	77.128	363.430	48.721
Contratos de energia solares	–	–	–	–	111.741	36.206	81.753	28.400
Partes relacionadas (nota 29)	224.197	17.408	163.239	7.206	–	–	–	–
Outras receitas	–	1.806	–	111	–	11.176	–	1.187
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.256.015</b>	<b>525.801</b>	<b>3.309.220</b>	<b>496.828</b>	<b>3.303.095</b>	<b>634.489</b>	<b>3.596.781</b>	<b>570.401</b>
PIS e Cofins	–	(47.145)	–	(45.336)	–	(52.171)	–	(48.254)
CFURH	–	(10.716)	–	(15.171)	–	(10.716)	–	(15.171)
ICMS	–	(8.746)	–	(6.713)	–	(10.372)	–	(8.362)
Pesquisa e desenvolvimento	–	(4.492)	–	(4.216)	–	(4.492)	–	(4.216)
ISS	–	–	–	–	–	(3)	–	(2)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.256.015</b>	<b>454.702</b>	<b>3.309.220</b>	<b>425.392</b>	<b>3.303.095</b>	<b>556.735</b>	<b>3.596.781</b>	<b>494.396</b>

### 25. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

## Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2021		31.03.2020		31.03.2021		31.03.2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
<b>Custo de produção e operação de energia</b>								
Contratos bilaterais	519.872	(91.850)	265.437	(44.488)	519.872	(91.850)	371.224	(54.292)
Contratos com partes relacionadas (nota 29)	100.168	(10.768)	73.693	(15.251)	—	—	—	—
Mercado de curto prazo								
MRE	212.275	(3.959)	—	—	212.275	(3.959)	—	—
SPOT	62.098	(5.590)	(5.205)	1.539	62.098	(5.663)	4.845	(336)
Outros	—	—	—	(214)	—	(160)	—	(214)
GSF - recuperação de custo (i)	—	35.899	—	—	—	35.899	—	—
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(40.277)	—	(36.597)	—	(55.965)	—	(41.776)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(2.194)	—	(2.033)	—	(2.911)	—	(2.581)
Crédito de PIS e Cofins	—	15.109	—	8.216	—	15.689	—	8.219
<b>Subtotal</b>	<b>894.413</b>	<b>(103.630)</b>	<b>333.925</b>	<b>(88.828)</b>	<b>794.245</b>	<b>(108.920)</b>	<b>376.069</b>	<b>(90.980)</b>
<b>Custo da operação</b>								
Pessoal e administradores	—	(19.085)	—	(18.711)	—	(19.085)	—	(18.711)
Benefícios pós-emprego	—	(752)	—	(577)	—	(752)	—	(577)
Serviços de terceiros	—	(10.921)	—	(18.682)	—	(24.374)	—	(28.499)
Material	—	308	—	(1.878)	—	(2.208)	—	(3.768)
Depreciação e amortização	—	(61.811)	—	(40.670)	—	(107.487)	—	(76.892)
Seguros	—	(4.330)	—	(3.130)	—	(5.037)	—	(3.925)
Arrendamentos e aluguéis	—	(381)	—	(200)	—	(719)	—	(1.009)
Contribuições setoriais	—	(1.807)	—	(1.669)	—	(1.744)	—	(1.724)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	—	1.091	—	(910)	—	(5.474)	—	(1.790)
Multas contratuais	—	—	—	—	—	(687)	—	(458)
Indenização de sinistro	—	—	—	—	—	8.756	—	—
Outros custos operacionais	—	(442)	—	(214)	—	(3.170)	—	(214)
<b>Subtotal</b>	<b>—</b>	<b>(98.130)</b>	<b>—</b>	<b>(86.641)</b>	<b>—</b>	<b>(161.981)</b>	<b>—</b>	<b>(137.567)</b>
<b>Total</b>	<b>894.413</b>	<b>(201.760)</b>	<b>333.925</b>	<b>(175.469)</b>	<b>794.245</b>	<b>(270.901)</b>	<b>376.069</b>	<b>(228.547)</b>

(i) Reconhecimento de recuperação de custo do GSF decorrente do intangível gerado pelo direito de extensão de concessão como compensação de custos passados, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

## Notas Explicativas

### 26. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Pessoal e administradores	(14.843)	(15.554)	(15.334)	(15.675)
Benefícios pós-emprego	(183)	(858)	(184)	(859)
Serviços de terceiros	(25.891)	(11.854)	(28.137)	(12.753)
Material	(846)	(744)	(1.173)	(913)
Depreciação e amortização	(2.225)	(976)	(2.695)	(980)
<b>Total</b>	<b>(43.988)</b>	<b>(29.986)</b>	<b>(47.523)</b>	<b>(31.180)</b>

### 27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(136)	141	(137)	141
Seguros	–	(87)	(637)	(124)
Arrendamentos e aluguéis	(138)	(34)	(158)	630
Recebimento massa falida - Banco Santos	2.064	–	2.064	–
Outros	(466)	(334)	(558)	(370)
<b>Total</b>	<b>1.324</b>	<b>(314)</b>	<b>574</b>	<b>277</b>

## Notas Explicativas

### 28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	1.478	11.292	4.044	13.929
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	1.229	–	3.373	–
Atualização de créditos tributários	3	–	19	–
Renda de cauções e depósitos judiciais	350	736	753	1.158
PIS e COFINS sobre receita financeira	(108)	(597)	(179)	(648)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 29)	337	525	–	–
Outras	179	58	193	82
Variações Cambiais:		–		–
Marcação a mercado de derivativos	–	–	68	–
<b>Total</b>	<b>3.468</b>	<b>12.014</b>	<b>8.271</b>	<b>14.521</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas (nota 16.2)	(51.371)	(60.237)	(57.922)	(63.450)
Atualização monetária GSF (nota 13)	–	(18.209)	–	(18.209)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos (nota 16.2)	(40.332)	(25.535)	(43.642)	(27.455)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos (nota 18)	(2.432)	(1.686)	(2.432)	(1.686)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(271)	(1.082)	(271)	(1.082)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)	1.213	1.640	2.997	1.843
Juros sobre passivos de arrendamento	(145)	(361)	(1.714)	(2.563)
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota nº 29)	(337)	(525)	–	–
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(3.230)	(1.210)	(3.230)	(1.210)
Outras	(2.553)	(1.822)	(3.720)	(2.088)
Variações Cambiais:				
Repasse de energia - Itaipú (nota 19.1)	–	(15.339)	–	(15.339)
Marcação a mercado de derivativos	(2.212)	–	(2.212)	736
Fornecedores	–	–	–	(2.243)
Outros	(55)	(305)	(57)	(306)
<b>Total</b>	<b>(101.725)</b>	<b>(124.671)</b>	<b>(112.203)</b>	<b>(133.052)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(98.257)</b>	<b>(112.657)</b>	<b>(103.932)</b>	<b>(118.531)</b>

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,6% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2021 (9,5% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sobre os ativos qualificáveis.

## Notas Explicativas

### 29. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>Ativo</b>				
Contas a receber de clientes - AES Tietê Integra (i)	2.320	1.946	–	–
Outros ativos (nota 9)				
Contas a receber - Tucano F6	–	235	412	235
Contas a receber - Tucano F7	–	264	462	264
Contas a receber - Tucano F8	–	236	412	236
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A.	–	7	11	7
Subarrendamento - Boa Hora 1 (ii)	40	43	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 2 (ii)	43	43	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 3 (ii)	43	43	–	–
Subarrendamento - AGV IV (ii)	46	45	–	–
Subarrendamento - AGV V (ii)	49	45	–	–
Subarrendamento - AGV VI (ii)	48	46	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>269</b>	<b>1.007</b>	<b>1.297</b>	<b>742</b>
Outros ativos (nota 9)				
Dividendos a receber da Ventus Holding	40	–	–	–
Dividendos a receber da Miassaba	5	–	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>45</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Subtotal circulante</b>	<b>2.634</b>	<b>2.953</b>	<b>1.297</b>	<b>742</b>
Outros ativos (nota 9)				
Contas a receber - Tucano F6	412	–	–	–
Contas a receber - Tucano F7	462	–	–	–
Contas a receber - Tucano F8	412	–	–	–
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A.	11	–	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 1 (ii)	2.219	2.225	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 2 (ii)	2.219	2.225	–	–
Subarrendamento - Boa Hora 3 (ii)	2.219	2.225	–	–
Subarrendamento - AGV IV (ii)	2.378	2.385	–	–
Subarrendamento - AGV V (ii)	2.379	2.385	–	–
Subarrendamento - AGV VI (ii)	2.379	2.384	–	–
<b>Subtotal não circulante</b>	<b>15.090</b>	<b>13.829</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>17.724</b>	<b>16.782</b>	<b>1.297</b>	<b>742</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores (nota 14)				
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - AGV Solar IV (iii)	–	613	–	–
Compra de energia - AGV Solar V (iii)	–	1.208	–	–
Compra de energia - AGV Solar VI (iii)	–	1.208	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>–</b>	<b>3.029</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
	7.143	136	7.143	325
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp. (nota 14)				
<b>Total</b>	<b>7.143</b>	<b>3.165</b>	<b>7.143</b>	<b>325</b>
Obrigações com entidade de previdência privada (nota 18)				
Obrigações com benefícios pós-emprego (v)	122.478	120.226	122.478	120.226
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	9.307	7.373	9.307	7.373
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil II	7.437	5.867	7.437	5.867
<b>Total do passivo</b>	<b>146.365</b>	<b>136.631</b>	<b>146.365</b>	<b>133.791</b>

## Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
<b>Resultado</b>				
Receita operacional líquida				
AES Tietê Integra (v)	6.640	845	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>6.640</b>	<b>845</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Venda de energia - Caetité (vi)	–	–	–	–
Venda de energia - Ametista (vi)	3.858	1.939	–	–
Venda de energia - Dourados (vi)	3.088	1.773	–	–
Venda de energia - Pilões (vi)	2.091	1.230	–	–
Venda de energia - Pelourinho (vi)	–	355	–	–
Venda de energia - Maron (vi)	1.731	1.064	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>10.768</b>	<b>6.361</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Total</b>	<b>17.408</b>	<b>7.206</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - Ametista (vi)	(3.858)	(1.939)	–	–
Compra de energia - Dourados (vi)	(3.088)	(1.773)	–	–
Compra de energia - Pilões (vi)	(2.091)	(1.230)	–	–
Compra de energia - Pelourinho (vi)	–	(355)	–	–
Compra de energia - Maron (vi)	(1.731)	(1.064)	–	–
Compra de energia - AGV IV (iii)	–	(1.796)	–	–
Compra de energia - AGV V (iii)	–	(3.547)	–	–
Compra de energia - AGV VI (iii)	–	(3.547)	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>(10.768)</b>	<b>(15.251)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iv) (nota 18)	(2.251)	(2.803)	(2.251)	(2.803)
Resultado financeiro				
Receita de subarrendamento com partes relacionadas (nota 17)	337	525	–	–
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas (nota 17)	(337)	(525)	–	–
<b>Total do resultado</b>	<b>4.389</b>	<b>(10.848)</b>	<b>(2.251)</b>	<b>(2.803)</b>

- (i) Contratos de compra e venda de energia proveniente de fonte renovável celebrado entre a Companhia e a AES Tietê Integra. Esses contratos têm período de suprimento de janeiro de 2020 a dezembro de 2024, preço valorado entre R\$185,50 e R\$256,00, volume envolvido de aproximadamente 93,3 MWm e permanecerão em vigor até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (ii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 17 - Passivo de Arrendamento. Os montantes foram reconhecidos no ativo circulante e não circulante, nas rubricas de Outros créditos e contas a receber de partes relacionadas, nos montantes de R\$132 e R\$13.822, respectivamente, totalizando R\$13.954.
- (iii) Refere-se aos contratos de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e as controladas da AGV Solar. Esses contratos têm validade para o ano de 2020 ao preço de R\$190 (reais), atualizados pelo IPCA, e volume envolvido de aproximadamente 19,8 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.

## Notas Explicativas

- (iv) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.
- (v) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada. Atualmente, a subestação encontra-se finalizada e energizada.
- (vi) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWm de venda e 42,91 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.

### 29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no trimestre findo em 31 de março de 2021 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Benefícios de curto prazo	1.608	1.687
Benefícios pós-emprego	27	25
Outros benefícios de longo prazo	47	151
Remuneração baseada em ações (i)	43	99
<b>Total</b>	<b>1.725</b>	<b>1.962</b>

- (i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp outorgadas à alta administração.

## Notas Explicativas

### 30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### 30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Mensuração do valor justo	Consolidado				Categoria	
		31/03/2021		31/12/2020			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
<b>Notas</b>							
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	4	6.227	6.227	9.436	9.436	Custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	4	Nível 2	784.767	784.767	495.438	495.438	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	841.680	841.680	1.521.031	1.521.031	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		280.210	280.210	286.571	286.571	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	8		147.053	147.053	174.765	174.765	Custo amortizado
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)		Nível 2	2.138	2.138	-	-	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
<b>Total</b>			<b>2.062.075</b>	<b>2.062.075</b>	<b>2.487.241</b>	<b>2.487.241</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Fornecedores	14		121.923	121.923	1.472.805	1.472.805	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16		4.697.941	4.746.001	4.666.873	4.763.086	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	16	Nível 2	1.469.348	1.469.348	592.009	592.009	Valor justo por meio do resultado
Passivo de arrendamento	17		86.359	86.359	88.211	88.211	Custo amortizado
Derivativos - Swap	21	Nível 2	15.776	15.776	8.039	8.039	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			39.295	39.295	31.360	31.360	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>6.430.642</b>	<b>6.478.702</b>	<b>6.859.297</b>	<b>6.955.510</b>	

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

#### Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *SWAPs*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI; e (ii) a contratação de proteção cambial referente a compra de aerogeradores em moeda estrangeira (nota explicativa nº 1.1), por meio de *NDFs*. Estas se qualificam como *hedge accounting* e estão classificadas como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2021 são os seguintes:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nominal (moeda estrangeira)	Valor MTM
dezembro 2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	31.593
março 2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	-47.369
fevereiro 2021	Cash Flow Hedge	Euro	Euro	NDF (ii)	21.641	184
fevereiro 2021	Cash Flow Hedge	Dólar	Dólar	NDF (ii)	10.113	1.954

## Notas Explicativas

(i) A Companhia contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor nominal de U\$S116.122 e U\$S138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 16.3), captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. Já segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) Durante o primeiro trimestre de 2021, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro do contrato de fornecimento de turbina eólica assinado com a Nordex, a controlada direta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominada de *NDF* nos valores nominal de U\$S10.113 e EUR21.641.

Os contratos de *NDF* em aberto em 31 de março de 2021 por faixa de vencimentos são os seguintes:

Data de Vencimento	Montante em EUR	Montante em USD
abril-21	5.915	—
maio-21	5.452	—
agosto-21	3.173	—
janeiro-22	423	—
março-22	121	—
abril-22	836	—
maio-22	485	—
junho-22	245	—
julho-22	1.574	4.440
agosto-22	1.364	3.805
setembro-22	1.483	782
outubro-22	198	272
novembro-22	372	815
<b>Total</b>	<b>21.641</b>	<b>10.113</b>

Em 31 de março de 2021, baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente (descontados a taxas de mercado apresentadas pela Bloomberg), a Companhia elaborou uma estimativa de valor de mercado das operações de *swap* e *NDF*.

### Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquidos são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de

## Notas Explicativas

taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração do resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Adicionalmente os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva das *NDFs* que protegem o ativo imobilizado da Companhia são reconhecidas no resultado ao mesmo tempo em que o item protegido afeta a despesas de depreciação.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

### 30.2 Gerenciamento de riscos

#### (b.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2021 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	780.076	492.617	790.994	504.874
Investimentos de curto prazo	328.087	1.033.186	841.680	1.521.031
Contas a receber de clientes	190.977	181.759	280.210	286.571
Cauções e depósitos vinculados	60.375	52.990	147.053	159.799
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	2.138	—
<b>Total da exposição</b>	<b>1.359.515</b>	<b>1.760.552</b>	<b>2.062.075</b>	<b>2.472.275</b>

#### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16)	5.797.263	4.887.324	6.167.289	5.258.882
Garantias de financiamento (nota 8)	(41.994)	(34.694)	(128.632)	(141.462)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(780.076)	(492.617)	(790.994)	(504.874)
Investimentos de curto prazo (nota 4)	(328.087)	(1.033.186)	(841.680)	(1.521.031)
<b>Dívida líquida</b>	<b>4.647.106</b>	<b>3.326.827</b>	<b>4.405.983</b>	<b>3.091.515</b>
Patrimônio líquido	1.872.986	1.842.458	1.872.986	1.842.458
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>248,11%</b>	<b>180,56%</b>	<b>235,24%</b>	<b>167,79%</b>

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de março de 2021, 16,30% (12,10% em 31 de dezembro de 2020) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,0 anos (4,2 anos em 31 de dezembro de 2020).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 16.7.

#### (b.3) Risco de liquidez

## Notas Explicativas

A seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de março de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	121.923	–	–	–	–
Debêntures	52.393	586.937	1.338.257	2.571.359	982.362
Empréstimos e Financiamentos	539.079	53.440	129.895	1.597.164	77.721
Passivo de arrendamento	376	1.285	2.071	7.855	74.772
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	39.295	–	–	–
<b>Total</b>	<b>713.771</b>	<b>680.957</b>	<b>1.470.223</b>	<b>4.176.378</b>	<b>1.134.855</b>

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de março de 2021.

### (b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

#### Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de março de 2021, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2021 é:

	31.03.2021
Equivalentes de caixa	784.767
Investimentos de curto prazo	841.680
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16)	(5.695.913)
Notas promissórias (nota 16)	(525.234)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(4.594.700)</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

## Notas Explicativas

### Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31.03.2021	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			2,28%	3,42%	4,56%	5,70%	6,84%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	784.767	17.893	26.839	35.785	44.732	53.678
Investimentos de curto prazo	CDI	841.680	19.190	28.785	38.381	47.976	57.571
<b>Impacto no resultado</b>			<b>37.083</b>	<b>55.624</b>	<b>74.166</b>	<b>92.708</b>	<b>111.249</b>
Dívidas	Risco	Posição em 31.03.2021	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			2,28%	3,42%	4,56%	5,70%	6,84%
7ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	CDI	(753.036)	(27.182)	(35.878)	(44.574)	(53.271)	(61.967)
9ª Emissão de Debêntures (1ª Série)	CDI	(1.382.254)	(45.653)	(61.568)	(77.484)	(93.399)	(109.314)
4ª Emissão de notas promissórias	CDI	(183.726)	(9.451)	(11.604)	(13.757)	(15.910)	(18.063)
5ª Emissão de notas promissórias	CDI	(183.933)	(9.837)	(11.997)	(14.157)	(16.317)	(18.476)
6ª Emissão de notas promissórias	CDI	(157.575)	(8.428)	(10.278)	(12.128)	(13.978)	(15.829)
Scotiabank 4131	CDI	(1.469.348)	(56.044)	(73.046)	(90.048)	(107.049)	(124.051)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(156.595)</b>	<b>(204.371)</b>	<b>(252.148)</b>	<b>(299.924)</b>	<b>(347.700)</b>
IPCA			1,82%	2,73%	3,65%	4,56%	5,47%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(71.238)	(6.816)	(7.514)	(8.216)	(8.917)	(9.614)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(72.486)	(7.128)	(7.839)	(8.555)	(9.270)	(9.982)
5ª Emissão de Debêntures	IPCA	(217.462)	(18.439)	(20.547)	(22.668)	(24.787)	(26.895)
6ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(382.988)	(33.410)	(37.131)	(40.876)	(44.615)	(48.336)
8ª Emissão de Debêntures	IPCA	(221.636)	(17.619)	(19.757)	(21.909)	(24.058)	(26.196)
9ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(701.264)	(46.394)	(53.076)	(59.799)	(66.513)	(73.195)
9ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(195.703)	(12.947)	(14.812)	(16.688)	(18.562)	(20.427)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(142.753)</b>	<b>(160.676)</b>	<b>(178.711)</b>	<b>(196.722)</b>	<b>(214.645)</b>
TJLP			<b>2,32%</b>	<b>3,48%</b>	<b>4,64%</b>	<b>5,80%</b>	<b>6,96%</b>
BNDES	TJLP	(228.498)	(11.333)	(14.052)	(16.768)	(19.490)	(22.209)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(11.333)</b>	<b>(14.052)</b>	<b>(16.768)</b>	<b>(19.490)</b>	<b>(22.209)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(273.598)</b>	<b>(323.475)</b>	<b>(373.461)</b>	<b>(423.428)</b>	<b>(473.305)</b>

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

### Risco de moeda estrangeira

Como objetivo de se proteger integralmente do resultado das variações cambiais a Companhia executou derivativos de *swap*, a administração designou os instrumentos como *hedge* de fluxo de caixa. Adicionalmente, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de

## Notas Explicativas

câmbio incidentes em compromissos futuros, a controlada direta Tucano Holding I contratou instrumentos financeiros derivativos (*Non-Deliverable Forward* (NDF)). As taxas médias de câmbio consideradas para o dólar e euro, na data base de 31 de março de 2021, foram obtidas na Bloomberg, no valor de USD5,82 e EUR6,79, respectivamente. A contratação destas operações não apresentam caráter especulativo e ambos os instrumentos possuem *hedge accounting*. Dessa forma, a Companhia não apresenta a análise de sensibilidade destas exposições.

Para que uma relação de cobertura seja classificada como hedge accounting, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

Instrumentos	Risco	Posição em 31.03.2021	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Dólar	1.954	(4.762)	(2.340)	81	2.503	4.925
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Euro	184	(8.643)	(4.106)	430	4.967	9.504
<b>Impacto no resultado</b>		<b>2.138</b>	<b>(13.405)</b>	<b>(6.446)</b>	<b>511</b>	<b>7.470</b>	<b>14.429</b>

## Notas Explicativas

### 31. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Compensações de PIS e COFINS	17.822	38.327	17.822	54.732
Compensações de IRPJ e CSLL	11.183	55.363	11.183	70.705
<b>Total</b>	<b>29.005</b>	<b>93.690</b>	<b>29.005</b>	<b>125.437</b>

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	58.419	219.221	61.903	230.168
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	1.213	3.730	2.997	6.269
<b>Total de pagamento de juros</b>	<b>59.632</b>	<b>222.951</b>	<b>64.900</b>	<b>236.437</b>

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	35.899	948.090	40.519	1.067.977
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	—	66.910	—	—
Venda de participação acionária, líquido do caixa das empresas desconsolidadas	—	—	31.383	9.611
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	544.749	239.427	544.749	238.204
<b>Total</b>	<b>580.648</b>	<b>1.254.427</b>	<b>616.651</b>	<b>1.315.792</b>

## Notas Explicativas

### 31.2 Atividade de financiamento

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.887.324	31.360	4.127.095	5.258.882	31.360	4.293.812
<b>- Itens que afetam o fluxo de caixa</b>						
Ingressos	800.000	–	800.000	800.000	–	800.000
Pagamentos de principal	–	–	–	(6.635)	–	(6.635)
Diferimento custos de transação	–	–	–	(825)	–	(825)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(57.938)	–	(57.938)	(60.087)	–	(60.087)
Juros capitalizados (nota 28)	(1.213)	–	(1.213)	(2.997)	–	(2.997)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	–	(7)	(7)	–	(7)	(7)
<b>- Itens que não afetam o fluxo de caixa</b>						
Encargos de dívida	51.371	–	51.371	57.922	–	57.922
Variação monetária	40.332	–	40.332	43.642	–	43.642
Variação cambial	77.387	–	77.387	77.387	–	77.387
Destinação de dividendos	–	7.942	7.942	–	7.942	7.942
Saldo em 31 de março de 2021	5.797.263	39.295	5.044.969	6.167.289	39.295	5.210.154

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

## 32. COMPROMISSOS

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas informações contábeis:

Posição em 31 de março de 2021	Consolidado						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	10.892	10.892	10.892	10.892	10.892	82.643	137.103
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	177.397	177.397	177.397	177.397	177.397	960.586	1.847.571
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	158.037	421.432
Encargos de conexão	4.445	4.445	4.445	4.445	4.445	165.373	187.598
Modernização e manutenção de usinas	555.170	119.206	40.302	55	–	–	714.733
Fornecimento de turbinas eólicas (i)	364.299	364.299	364.299	–	–	–	1.092.897
Contratos de compra de energia	370.945	136.885	28.105	–	–	–	535.935
Total	1.535.827	865.803	678.119	245.468	245.413	1.366.639	4.937.269

(i) No 1º trimestre de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I assinou um contrato de serviços de fornecimento de turbinas eólicas para construção do Complexo Eólico Cajuína.

## Notas Explicativas

Posição em 31 de março de 2021	Consolidado						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	10.892	10.892	10.892	10.892	10.892	82.643	137.103
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	177.397	177.397	177.397	177.397	177.397	960.586	1.847.571
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	158.037	421.432
Encargos de conexão	4.445	4.445	4.445	4.445	4.445	165.373	187.598
Modernização e manutenção de usinas	555.170	119.206	40.302	55	—	—	714.733
Fornecimento de turbinas eólicas (i)	364.299	364.299	364.299	—	—	—	1.092.897
Contratos de compra de energia	<u>370.945</u>	<u>136.885</u>	<u>28.105</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>535.935</u>

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Aquisição Complexo Eólico MS e Santos

Em 30 de abril, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social das SPEs que compõem o Complexo Eólico MS e o Complexo Eólico Santos, antes pertencentes à Cubico Brasil S.A..

O Projeto está localizado em dois sites na costa dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, uma das regiões mais privilegiadas em recursos eólicos do País, passando a agregar 158,5 MW de capacidade instalada ao portfólio da AES Tietê. Em operação desde 2013, o Projeto está 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) por um prazo de 20 anos, a um preço de R\$ 226,81/MWh.

O valor total da operação (*Enterprise Value*) é de R\$ 771.397, sendo que o valor da contraprestação transferida é de R\$ 589.103 milhões pago a vista, o que inclui assunção da dívida líquida do de R\$ 182.294 milhões (data base 30 de abril de 2021) está sujeito a ajustes de variação de capital de giro e dívida líquida em relação ao balanço-base da transação.

#### Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue: (i) R\$330.810 referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio; (ii) aumento de capital da Companhia, no montante de R\$210.340 e (iii) orçamento de capital a título de reserva de investimentos, no montante de R\$362.813.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Tietê Energia S.A.

São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tiete Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de Maio de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Daniel A da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O 2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 31 de março de 2021.

São Paulo, 05 de maio de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier

Diretor Vice-Presidente

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os Diretores da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 31 de março de 2021.

São Paulo, 05 de maio de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier

Diretor Vice-Presidente